JUSTIÇA TERAPÊUTICA:
em busca de um novo paradigma

RESUMO

LIMA, Flávio Augusto Fontes de. **Justiça terapêutica**: em busca de um novo paradigma. 2009. 261 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O estudo da Justiça Terapêutica visa a compreender melhor esse novel instituto, com uma nomenclatura tão polissêmica e com pouquíssimas fontes de estudo disponíveis. Em 1999, um grupo gaúcho concebeu um modelo nos quais maiores penais usuários de substâncias que praticassem delitos, deveriam ser tratados por imposição judicial, conforme é previsto na ECA para adolescentes que praticam atos infracionais. Esse movimento foi denominado “Justiça Terapêutica” e, apesar de recente, tem sido alvo de calorosos elogios e severas críticas, mormente de pessoas das áreas da justiça e saúde. Percebemos que há no Brasil uma grande desinformação a respeito dos postulados da Justiça Terapêutica, poucas estatísticas e uma falta de rigor metodológico por parte dos próprios defensores desse movimento. Esse trabalho visa a investigar esse movimento, inserindo-o na história legislativa brasileira referente a drogas, cotejando-o com o novel fenômeno das *Drug Courts* dos EUA. No corpo do trabalho reunimos alguns dos impressionantes dados do consumo e economia das drogas. Em seguida, socorremo-nos de escritos da área de saúde para tentarmos identificar, do ponto de vista técnico, os diferentes níveis do uso de drogas. Procuramos investigar o proibicionismo mundial das drogas irradiado a partir da política interna dos EUA. Como política de flexibilização do proibicionismo, analisamos a política das estratégias de redução de danos. Em seguida passamos a enfocar as *Drug Courts* dos EUA, tidas por muitos como a fonte inspiradora da Justiça Terapêutica brasileira. É feita uma narrativa histórica das principais normas ligadas a drogas, justiça e tratamento no Brasil. O movimento da Justiça Terapêutica foi investigado exaustivamente, foram apresentadas estatísticas e apreciações críticas por especialistas das áreas de saúde e direito. Analisou-se a compatibilidade ou não compatibilidade da Justiça Terapêutica com os princípios da autonomia, bioéticos da autonomia e beneficência, da legalidade, da dignidade da pessoa humana, do direito à intimidade, bem como se o direito tem legitimidade de intervir na esfera do indivíduo com uso disfuncional de drogas. Visamos, outrossim, a investigar, através de pesquisa de campo nos CAPS-AD de Recife (PE), se há alguma diferença significativa no tratamento do usuário disfuncional de drogas encaminhado pela justiça em relação aos que buscam voluntariamente e os encaminhados pelos integrantes de outras áreas como da saúde.

Palavras-chave: Direito Penal. Uso, Abuso e Dependência. Redução de Danos. Justiça Terapêutica. Drogas. Substâncias Psicotrópicas.

RÉSUMÉ

LIMA, Flávio Augusto Fontes de. *Thérapeutique justice: a la recherche d'un nouveau paradigme*. 2009. 261 f. Tese (Docteur en droit) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

L'étude menée par la justice thérapeutique vise à mieux comprendre ce nouvel institut, dont la terminologie est fort polysémique, ayant très peu de sources d'études disponibles. En 1999, un groupe de Rio Grande do Sul, au Brésil, a élaboré un modèle selon lequel les majeurs pénaux utilisateurs de drogues devraient, en cas d'infraction pénale, se soumettre à des traitements imposés par la Justice, conformément aux dispositions du ECA [Estatuto da criança e do adolescente (Statut des enfants et des adolescents)], destinés aux jeunes qui se livrent à des actes illégaux. Ce mouvement a été appelé "Justice Thérapeutique" et, bien que récent, il a reçu de chaleureux éloges et fait l'objet de vives critiques, en particulier de la part des personnes de justice et de la santé. Nous avons remarqué qu'au Brésil il ya une grande désinformation sur les postulats de la justice thérapeutique, un petit nombre de statistiques et un manque de rigueur méthodologique de la part des défenseurs eux-mêmes de ce mouvement. Le présent travail prétend enquêter sur ce mouvement, en l'insérant dans l'histoire législative brésilienne, en ce qui concerne les drogues, tout en faisant un parallèle avec le nouveau phénomène des *Drug Courts* des États-Unis. Dans le corps de ce travail, nous avons recueilli quelques-unes des données impressionnantes sur la consommation et l'économie des drogues. Ensuite, à l'aide de quelques écrits dans le domaine de la santé, nous avons essayé d'identifier les différents niveaux de l'usage de drogues, considérés du point de vue technique. Nous avons aussi essayé d'enquêter sur l'interdiction globale des drogues, lancée par la politique intérieure des États-Unis. Nous avons également analysé la politique des stratégies visant à réduire les méfaits, comme une ressource d'assouplissement de l'interdiction. Puis nous avons commencé à mettre l'accent sur les *Drug Courts* des États-Unis, conçues par beaucoup comme la source d'inspiration de la justice thérapeutique brésilienne. Nous avons fait un récit historique des principales normes relatives à la drogue, à la justice et au traitement de la dépendance aux stupéfiants au Brésil. Le mouvement de la justice thérapeutique a été l'objet d'enquêtes approfondies. Des statistiques et évaluations critiques ont été présentées par des spécialistes dans les domaines de la santé et du droit. De la même façon, nous avons analysé la compatibilité ou non-compatibilité de la justice thérapeutique avec les principes d'indépendance, d'autonomie et bienfaisance de la bioéthique, de la légalité, de la dignité humaine, du droit à l'intimité, et encore si la loi est en droit d'intervenir dans le domaine de l'individu qui consomme de la drogue de façon dysfonctionnelle. Enfin, nous nous sommes proposé d'examiner, au moyen d'une recherche sur le terrain menée dans les CAPS-AD de Recife (PE), s'il y a une différence significative entre le traitement des consommateurs de drogues dysfonctionnels guidés par la justice et le traitement des usagers qui demandent volontiers de l'aide et ceux qui sont guidés par des membres d'autres domaines tels que la santé.

Mots-clés: Droit pénal. Usage, abus et toxicomanie. Réduction des méfaits. Justice thérapeutique. Drogues. Substances psychotropes.

INTRODUÇÃO

O uso de substância psicoativa pelo ser humano é detectado desde seus primórdios.

A antropologia e a história, especialmente, mostram como as mais diferentes culturas desenvolveram espaços próprios para o consumo de variadas espécies.

Essas substâncias eram utilizadas em cultos religiosos¹, rituais místicos, manifestações artísticas, criativas, na terapêutica e por motivos sociais².

O ser humano busca estimulações constantemente, ora visando a uma excitação, ora à quietude, às vezes se expandindo, outras se recolhendo. Ademais sonha, entra em êxtase, foge da realidade, medita, devaneia, fantasia, delira, idealiza, transcende. As substâncias psicoativas eram, são e sempre será um dos combustíveis empregados nessas viagens cerebrais³.

Há um sem número de maneiras de se enfocar a questão, pois é um tema universal, histórico, de uma enorme abrangência.

A discussão envolve saberes e áreas fundamentais e distintas, dentre outros, soberania, saúde, justiça, autonomia e direito à intimidade, ideologia, educação, política criminal, economia, história, finanças, diplomacia, moral, religião, política, violência.

A produção, uso e comércio das drogas se alastraram sobremaneira nas últimas décadas, atingindo todas as camadas sociais.

¹ Um exemplo brasileiro é a utilização por algumas seitas religiosas como o Santo Daime fundado por Raimundo Irineu Serra no Acre na década de 1920, em seus rituais do chá ayahuasca, bebida de ação alucinógena. Sobre o tema, veja-se: DIAS JR. (1992), MACRAE (1992) e SILVA (1983).

² REGHELIN (2002, p. 49). No sentido de que a droga sempre representou a busca do prazer, cf. SILVEIRA FILHO; MOREIRA (2006, p. 3). Para história das drogas, vide: CARNEIRO (1994) e ESCOHOTADO (1996).

³ Para Domingos Sá (1994, p.156-157), o próprio homem é psicoativo por sua própria natureza.

Sendo assim, não há fórmulas definitivas nesse assunto tão controverso e dinâmico, que pode e deve ser estudado, sob os mais variados ângulos e representa uma fonte inesgotável de apreciação. Sendo a matéria das drogas um fenômeno de enfoque transdisciplinar⁴, o direito aliado a outras ciências, deve exercer um relevante papel.

Nesse campo, as pesquisas são sempre parciais e provisórias (CARVALHO, 2006, p. 6), face à constante dinâmica e aos interesses diversos que envolvem.

É, portanto, inevitável o enfoque além do direito, cuja maioria das análises fica circunspectas à interpretação acrítica das legislações, conceituações e categorizações das drogas, carecendo-se de uma fundamentação mais aprofundada, sem a busca devida às demais ciências (CARVALHO, 1997, p. 11).

Não há dúvidas que determinadas substâncias modificam o metabolismo orgânico produzindo alterações comportamentais, que podem causar danos não só ao indivíduo, mas também à própria sociedade, fazendo com que caiba algum tipo de intervenção estatal.

O papel relevante das substâncias psicotrópicas na humanidade foi ressaltado, inclusive, por Sigmund Freud (1955, p. 11-90):

A tal ponto se valorizam os serviços por Estados pelas drogas na luta pela felicidade e para evitar o sofrimento, que tanto os indivíduos como os povos reservaram para elas uma posição inabalável na economia da libido. Não é somente o ganho imediato de prazer que devemos a elas, mas também um certo grau de independência em relação ao meio ambiente, que nos é tão caro [...] Também sabemos que é justamente esta qualidade das drogas que constitui seu maior perigo e nocividade.

Já se escrevia no Brasil em 1939, que determinadas substâncias, como álcool, ópio, haxixe, morfina, cocaína provocavam efeitos enganadores nos espíritos incautos e deletéria influencia nas coletividades, causando

⁴ Salo de Carvalho (2006, p. 1) ressalta que na questão das drogas “os mais diversos estudos podem ser visualizados: de investigações realizadas na esfera sanitária pela medicina, psiquiatria e farmacologia, às pesquisas na área das humanidades, como antropologia, sociologia, história, psicanálise e psicológica... as investigações realizadas no direito penal e processual penal das drogas são profundamente limitadas às avaliações exegéticas das Leis em vigor”.

[...] titânicas devastações, invadindo lares e inquinando vidas. A estes empolgantes agentes, causadores da ruína física e moral da humanidade, cabe a denominação genérica de ‘venenos sociais’[...] constituem os maiores inimigos da humanidade (LOPES, 1939, p. 1).

A questão é tão complexa que as dificuldades já se iniciam pelos conceitos e enfoques associados⁵. Gilberto Velho (1980, p. 355-358), frisou que:

A própria noção de tóxico e o conceito de drogas são altamente problemáticos [...]. A contribuição da antropologia para a compreensão desta problemática consiste em mostrar como existem n maneiras de utilizar as substâncias, em função de variáveis culturais e sociológicas. Estas não só se somam, como complexificam as distinções, que possam ser registradas ao nível da análise bioquímica.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) já tinha considerado impróprios e não científicos termos como “entorpecentes”⁶, “toxicomania”, “hábito”, adição dando preferência pelas expressões “dependência” e “drogas que determinam dependência”⁷ (GRECO FILHO, 2006, p. 2).

A vigente Lei brasileira utiliza o termo “droga”, todavia, há quem entenda mais apropriado o termo “substância”, por se entender que droga implica em uma substância química manufaturada, enquanto algumas substâncias referentes a padrões de abuso ocorrem naturalmente como o ópio ou não são para consumo humano como a cola de aviões (KAPLAN; SADOCK; GREBB, p. 369).

Sob a ótica do uso, a discussão sobre as drogas está dividida em duas grandes tendências mundiais, o movimento antiproibicionista e o de proibição global das drogas (proibicionista), sendo esse último o que prevalece em todas as nações e sistemas políticos do

⁵ A Lei brasileira 6368/1976 mencionava “substância entorpecente”; a vigente Lei 11343/2006 substituiu a expressão por “droga”; A CID-10 e o DSM-III-R utilizam “substância psicoativa”; o vigente DSM –IV prefere “substância”. Utilizaremos neste trabalho as expressões: droga, substância psicoativa e substância. Preservamos os termos: estupefaciente, tóxico e entorpecentes, quando utilizados por algum autor ou por alguma lei como a lusitana, que denomina substancia psicoativa como estupefaciente e a própria Constituição brasileira que se refere a entorpecente.

⁶ Edevaldo Silva (1973) já criticava o uso do vocábulo “entorpecente” como sinônimo de substância psicotrópica, que possui uma gama muito mais ampla.

⁷ Já em 1964, a Organização Mundial de Saúde recomendou a substituição do termo “adição” por “dependência de droga” (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 1997, p. 371).

mundo de forma mais moderada ou mais radical. É inegável a forte influência da política anti-drogas dos EUA.

Há um senso comum que é a crescente difusão das drogas mundialmente. Tem-se questionado, se a abordagem criminalizante tem correspondido às suas metas, daí começam a surgir expoentes, como Hassemer (1993, p. 98), que defendem a ampla descriminalização inclusive do tráfico de drogas, vaticinando que o mercado de drogas ilícitas seria esvaziado, através das leis de mercado. Para ele, os usuários deveriam ser objetos de políticas sanitárias e de saúde pública.

Ulysses Gonçalves Júnior (2005, p. 166) opinando sobre questões ideológicas relacionadas ao tema, conclui que: “as correntes políticas ditas de esquerda sempre parecem buscar a descriminalização, e, antagonicamente, a direita intenta o contrário, ou seja, endurecer o tratamento”.

Apesar de fascinante, o debate sobre a legalização ou não de determinadas substâncias psicoativas não será objeto de nossa tese. Sobre o tema entendemos que, se por um lado as medidas intervencionistas radicais mostram-se inadequadas e inócuas no enfrentamento da questão (GRADASCHI, 2003, p. 31), a liberação dos tóxicos pode representar a outra face da mesma moeda, representando uma verdadeira incógnita. Outrossim, nosso trabalho não versará sobre o instituto das medidas de segurança⁸.

Tampouco pretendemos discutir com profundidade questões moralistas referentes ao tema, e sim as implicações penais e de saúde, decorrentes do comportamento de risco do usuário abusivo ou dependente, que tem contato com a área penal e o que fazer, a partir disso.

Quase todas as nações do mundo aderiram às convenções da ONU que tratam do tema. Para se ter uma idéia, até novembro de 2006, apenas nove países⁹ não tinham ratificado a Convenção Única de Entorpecentes de 1961, logo 184 nações ratificaram a mencionada

⁸ Para um relato das medidas de segurança cf. Rui Carlos Machado Alvim (1997) e Garcia Valdés (1986).

⁹ São eles: Na África (Guiné Equatorial); na Ásia (República Popular Democrática da Coreia e Timor Leste); na Europa (Andorra) e na Oceania (Kiribati, Nauru, Samoa, Tuvalu e Vanuatu).

Convenção de acentuado cunho proibicionista, que recomenda a criminalização da produção, comercialização e posse para uso próprio de drogas consideradas ilícitas (INCB, 2007)¹⁰.

Com a criminalização mundial, a justiça criminal tornou-se um dos principais atores e não se pode, simplesmente, fazer de conta que não existe um enorme número de usuários abusivos e dependentes que se envolvem em delitos de alguma forma relacionados às substâncias psicoativas, muitos deles encarcerados.

A realidade fática atual é que todas as nações são proibicionistas e nos propomos a verificar os impactos para o usuário abusivo ou dependente, quando ingressa na esfera criminal, para a sociedade e principalmente a legitimidade ou não da justiça criminal, especialmente a brasileira, de interferir em seu estado de saúde.

Pessoas, notadamente jovens, matam, morrem, tornam-se inválidas, corrompem, são corrompidas, adoecem e as autoridades não conseguem dar uma resposta satisfatória à sociedade.

Carlos Oliveira (2004a, p. 13) aponta que as questões que envolvem os delitos referentes às drogas ilícitas e o controle das lícitas, como o álcool, são tão vitais que “acabam por superar as discussões acadêmicas e morais, passando a ter importância prática, e, principalmente, de controle social, motivos pelos quais passam a ter interesse jurídico-penal”.

Independentemente de qualquer consideração de ordem de política criminal, o fato é que em todo o Brasil, unidades judiciais criminais; quer ligadas à infância e juventude; quer voltadas para maiores penalmente, têm lidado a todo momento, com um número crescente de pessoas dependentes ou usuários abusivos de drogas envolvidos em diversos delitos.

No Brasil, é cada vez maior o índice de consumo precoce de drogas, mormente bebidas alcoólicas, sem que nem as famílias, a sociedade ou as autoridades constituídas consigam um

¹⁰ Dados do International Narcotics Control Board (INCB).

razoável controle¹¹ (RODRIGUES, 2007, C 8).

Há casos dramáticos envolvendo adolescentes e até crianças tão dependentes de drogas, que chegam a ser acorrentados pelos próprios pais para não consumirem e que já são jurados de morte por dívidas das drogas¹².

O sistema penal brasileiro, com exceção, da aplicação da Medida de Segurança, vem apenando indiscriminadamente dependentes de drogas e usuários abusivos que cometem delitos relacionados ou não ao consumo de drogas, que freqüentemente vão provocar mais danos à sociedade, uma vez que necessitam de uma intervenção terapêutica, muitas vezes praticando delitos para alimentação do consumo ou sob efeito de drogas.

A criminalidade pertinente ao uso de drogas é multifacetada. Dentre outros, há delitos induzidos pelo consumo ou de criminalidade derivada; existem os relacionados às drogas de forma funcional, como os contra o patrimônio para aquisição, e uma delinquência associada, quando o acusado consumiu qualquer tipo de substância (SILVEIRA, 2005, p. 47).

¹¹ Só como exemplo, citamos pequeno levantamento envolvendo uma amostra com 123 estudantes entre 12 e 36 anos realizadas em maio de 2007, no município do agreste pernambucano de Santa Cruz do Capibaribe distante 183 km da capital e com uma população de 72.027 habitantes em julho de 2005, segundo o IBGE, o qual constatou que 70,7% dos estudantes tinham no máximo 15 anos quando tiveram o primeiro contato com bebida alcoólica e 60% disseram que experimentaram pela primeira vez em casa ou em festas da família.

¹² Mencionamos um caso envolvendo adolescente e outro, uma criança, relatados pela imprensa na internet em 07 jun. 2007 e em 05 jul. 2007. A empregada doméstica Marilene Costa, mãe de um adolescente de 17 anos dependente de drogas, acorrentou-o por 2 meses em sua casa no município de Feira de Santana (BA), temendo por sua vida já que ele devia R\$ 100,00 para os traficantes que rondavam a sua casa e o ameaçavam, mas mesmo assim ele se libertou várias vezes e vendeu até os bens da família para comprar drogas. O caso foi para a Vara da Infância e Juventude que determinou que o menor fosse internado em clínica para tratamento, ressaltando o juiz que a mãe estava em total situação de desespero. “Adolescente viciado em drogas é acorrentado na Bahia”. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2007/07/05/ult4469u6602.jhtm>>. Acesso em: 04 jul. 2007. Mais chocante ainda foi a história de um menino com 11 anos de idade, que foi acorrentado pela segunda vez pelos pais em Porto Alegre, no intuito de tentarem evitar sua fuga para comprar crack, por ser “viciada” nessa droga. Segundo o conselheiro tutelar João Soares era a terceira vez que encontrava a criança acorrentada ou amarrada e afirmou que o menino tinha que ficar em uma clínica fechada para não fugir. O garoto já tinha sido internado em clínicas de tratamento de dependentes químicos por três vezes e na última vez, permaneceu 3 dias, mas fugiu. “Menino viciado em drogas é acorrentado pelos pais no Rio Grande do Sul”. Disponível em: <<http://pe360graus.globo.com/noticias360/matLer.asp?newsId=92297>> Acesso em: 05 jul. 2007.

Como a justiça criminal deve se posicionar é um problema real. Há um campo de interseção entre justiça e saúde que necessita ser cada vez mais discutido e aperfeiçoado, visando-se a uma melhor compreensão humana dos destinatários da lei.

No final de 1989, surgiu nos EUA em Miami, uma unidade judicial chamada Drug Court, que se propôs a enfrentar as causas dos problemas relacionados a determinados infratores que cometem delitos, onde o componente droga lícita ou não esteja de alguma forma presente, através de um conjunto de procedimentos, alguns bastante polêmicos.

No Brasil, a partir de 1999, um grupo de operadores do direito e técnicos na área de saúde, inicialmente do Rio Grande do Sul, começou a defender a possibilidade de imposição judicial criminal de tratamento, nominando o movimento de Justiça Terapêutica.

Ricardo Silva (2007a)¹³ assim se expressou quanto ao significado de Justiça Terapêutica:

No Brasil a proposta onde a legislação seja cumprida harmonicamente com medidas sociais, com tratamento às pessoas que praticam crimes onde o componente drogas, no sentido amplo esteja presente de alguma maneira, pode ser chamada de Justiça Terapêutica [...]. A Justiça Terapêutica pode ser compreendida como um conjunto de medidas que visam aumentar a possibilidade de que infratores usuários e dependentes de drogas entrem e permaneçam em tratamento, modificando seus anteriores comportamentos delituosos para comportamentos socialmente adequados.

Essa iniciativa tem suscitado um intenso e acalorado debate entre os especialistas no assunto.

Um aspecto da discussão é o fato de muitos associarem Justiça Terapêutica à política norte-americana das Drug Courts.

Cabe-nos vários questionamentos, como por exemplo, o que realmente significa Justiça Terapêutica? Se é uma tentativa de cópia das Drug Courts dos EUA? Se é algo inaplicável no

¹³ Ricardo de Oliveira Silva é Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul, fundador e presidente da Associação Nacional de Justiça Terapêutica (ANJT).

Brasil? Ou uma noção que já vem sendo utilizada há décadas em nosso país? Seria uma espécie de sanção? Uma pena ou medida alternativa à prisão? Ou um benefício ou serviço da justiça criminal? O sistema judicial passaria a ser considerado um ambiente de tratamento?

Essas e outras indagações carecem de respostas satisfatórias, porque assertivas simplistas e meramente reprodutivas devem ser rejeitadas no campo científico, mutável e inabsoluto por sua própria natureza.

Uma das maiores dificuldades na abordagem do movimento da Justiça Terapêutica, é que há enorme carência de produção científica, notadamente bibliográfica e pesquisas. Esse fator nos desafiou, sobremaneira, a adentrarmos no tema.

Na busca do enfrentamento das questões foram realizados levantamentos bibliográficos amplos em diversas áreas do saber, acessados dados estatísticos diversos, pesquisa legislativa, além de ampla pesquisa de campo. Para melhor compreensão das Drug Courts, em março de 2004, viajamos por cinco Estados norte-americanos, a convite do governo dos EUA. Para uma visão mais interdisciplinar da implicação das drogas na área de saúde, no segundo semestre de 2006, cursamos a disciplina de Dependência de Álcool e outras Drogas do departamento de psiquiatria da Faculdade Paulista de Medicina.

Expomos alguns números referentes ao consumo e à economia mundial das drogas no capítulo 1.

No capítulo segundo abordamos alguns aspectos médicos e legais, concernentes à imprescindível diferenciação entre os níveis de utilização das drogas pelos indivíduos.

Em seguida, no capítulo 3, busca-se a explicação do proibicionismo mundial das drogas no século XX, irradiado a partir da política interna dos EUA sobre o tema.

Um marco no proibicionismo mundial foi a expansão do vírus HIV, a partir da década de 1980 e a necessidade de adoção de estratégias de enfrentamento da questão conhecidas por

redução de danos, que foram ampliadas e têm difícil convivência dentro da proibição mundial, o que será descrito no capítulo 4.

No capítulo 5, aprofundaremos o estudo das Drug Courts, que apesar de pouco estudadas no Brasil, vêm sendo consideradas a maior revolução na justiça criminal dos EUA e a fonte da Justiça Terapêutica no Brasil. Um fenômeno de mudanças sociais, sob a iniciativa e comando do judiciário, que se difere da tradicional concepção científica de movimentos sociais, caracterizada pela influência no meio político por parte de um comportamento social coletivo em busca de mudança e que prega a troca da prisão pelo tratamento (BEAN, 1996, p. 718-721).

Em seguida ter-se-á uma noção da experiência de Portugal, um dos únicos países do mundo que por lei descriminalizou ações referentes ao porte para uso próprio.

No capítulo 6, faz-se uma narrativa histórico-legal, a partir da descoberta do Brasil até nossos dias, a respeito dos enfoques dados pelas leis às drogas, passando-se pelas normas determinantes de tratamentos e a vigente política nacional de drogas, preparando-nos para a apreciação da Justiça Terapêutica.

Ainda nesse capítulo, o movimento de Justiça Terapêutica será estudado em seus mais diversos enfoques, visando-se a sua compreensão, conceito e delimitação da sua natureza, sem olvidarmos rápido cotejo entre a prisão e os substitutivos penais, algumas experiências brasileiras, além de aspectos polêmicos como tratamento compulsório e exigência de abstinência.

Para possibilitar uma mais visão crítica foram colecionados no capítulo 7, argumentos favoráveis e contrários a postulados da Justiça Terapêutica, tanto de especialistas da área de saúde, como de direito.

Após, analisamos a compatibilidade das idéias da Justiça Terapêutica, com os princípios da legalidade, direito à intimidade, dignidade da pessoa humana, da autonomia

individual e o princípio da autonomia da bioética. Visamos a verificar, outrossim, se o direito tem legitimidade para intervir na liberdade individual da pessoa. Para então apresentarmos nossas propostas.

Através de carta de anuência da Secretaria de Saúde do Município de Recife (PE), desenvolvemos pesquisa junto a todos os sete CAPS-AD¹⁴ de Recife (PE) (Centros de Atendimento Psico-Social de Álcool e Drogas), envolvendo todos os infratores maiores criminalmente enviados pelas varas, juizados especiais criminais, polícia civil e militar da cidade de Recife (PE), para avaliação e tratamento nos CAPS-AD, nos anos de 2005 e 2006, visando a avaliar a eficácia do tratamento pelos enviados pela justiça em cotejo com os que procuraram tratamento voluntariamente e outro grupo encaminhado pelo setor de saúde, uma vez que há uma ampla concepção que o tratamento referente a drogas só é eficaz, se for buscado voluntariamente.

¹⁴ CAPS-AD (Centro de Atendimento Psico-Social de Álcool e Drogas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de drogas é algo que decorre da interação de fatores biopsicossocioculturais assaz complexos e abstrusos.

O ser humano, valendo-se de produtos naturais ou sintéticos, sempre buscou e continuará buscando modificar sua visão de mundo e alterando seu campo de percepção, o seu Estado físico e/ou psíquico.

A autonomia individual frente ao poder absoluto do Estado foi uma conquista da civilização, após o feudalismo. A partir das revoluções industriais e das novas demandas sociais, o Estado passou a proteger progressivamente a autonomia coletiva, a maioria da sociedade.

Mesmo com a consagração dos direitos fundamentais e da liberdade individual, há um limite que é o respeito à liberdade das demais pessoas.

Assim, na sociedade vigente pós-moderna em que vivemos, o direito penal tem legitimidade para intervir, sempre que o exercício da autonomia individual provoque danos ilegítimos a outrem.

É posição majoritária na doutrina e jurisprudência que o direito à intimidade não é ilimitado, podendo ser flexibilizado em prol do interesse coletivo legítimo.

O fato de a justiça criminal dispor da possibilidade de oferecer tratamento adequado a um indivíduo dependente ou usuários abusivos, cujo comprometimento foi tão grande que de alguma forma o envolveu em um delito, de maneira alguma, fere o princípio da dignidade humana. Pelo contrário, pode ser uma ferramenta na restauração de sua integridade e lhe trazer uma reinserção junto ao seu meio e à sociedade como um todo.

Não há dúvidas que a melhor estrada para se trilhar na questão das drogas passa pela prevenção, educação e a adesão cada vez maior de mais atores sensibilizados com o delicado tema, uma vez que entendemos que o direito penal deve ser a última ratio nesse campo, e quando atue deve prestar muito mais um serviço que a simples imposição de uma sanção tradicional.

Entendemos que num estado democrático de direito, deve-se discutir com isenção de ânimos os modelos utilizados no mundo relativos às drogas, assimilarmos o que eles têm de melhor, e propor-se alternativas viáveis, uma vez que o destinatário de todos eles é o ser humano.

Muitos enfoques jurídicos sobre drogas lícitas e ilícitas tornam-se meras figuras retóricas e ideológicas, por não se valerem dos achados e pesquisas das ciências, nem da interdisciplinaridade, por isso nos propusemos a debater um tema tão complexo, pois há um vácuo entre aqueles réus que cometem crime com alguma relação com sua dependência ou uso abusivo e não são hipóteses de aplicação de medida de segurança, daí a razão da Justiça Terapêutica.

É imprescindível que a área jurídica criminal, relacione-se cada vez mais com os provedores de tratamento, para que infratores imputáveis com problemas sérios no campo de álcool e outras drogas recebam uma atenção diferenciada e não recebam sanções de natureza exclusivamente penais.

Tem-se observado que o encaminhamento judicial a tratamento de agentes envolvidos com a justiça criminal, após prévia avaliação de equipe do judiciário, pode gerar uma produtiva terapêutica, um fator de motivação do sujeito que, muitas vezes, encontra-se desorganizado em várias áreas de sua vida, algumas vezes funcionando como a figura paterna, além do fortalecimento de suas condições egóicas.

No Brasil, há décadas várias leis já tratam da relação entre drogas ilícitas e tratamento compulsório ou não, apesar da expressão “Justiça Terapêutica” ter sido cunhada em 1999 no

Rio Grande do Sul. Ao contrário do que muitos afirmam o movimento gaúcho “Justiça Terapêutica” teve sua origem e fundamentos teóricos nos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente e só posteriormente foi influenciado pelas Drug Courts dos EUA.

Uma definição de “Drug Court” é de uma vara especial com a responsabilidade de lidar com jovens e adultos com uso disfuncional de drogas lícitas ou não, que tenham causado a si ou a outrem e que consentem em substituir em geral o encarceramento por um rígido programa de tratamento, no qual se dá o acompanhamento geral de sua vida, testagens obrigatórias de substâncias, serviços terapêuticos, intenso monitoramento, inserção em programas sociais e comunitários, sanções e incentivos visando à abstinência deles. Utiliza-se a força coercitiva do sistema legal para levar o indivíduo à recuperação de seu problema com as drogas e à sua reabilitação social. Em caso de não se alcançar a abstinência, na área criminal, a consequência mais grave é a retomada do processo criminal ou mesmo o cumprimento de pena de prisão já pré-fixada no momento da anuência no programa.

Há décadas que a legislação brasileira já possui dispositivos referentes à relação entre o consumo de drogas e o tratamento determinado pelo judiciário, inclusive em casos que não envolvam medidas de segurança, assim não é verdade que o movimento denominado “Justiça Terapêutica” tenha iniciado a discussão da possibilidade do judiciário intervir na autonomia individual da pessoa que tem algum tipo de problema com a justiça relacionado às drogas, todavia, o referido movimento, sem dúvida alguma, fortaleceu bastante o debate da questão nos últimos anos, o que é assaz positivo.

Observamos nos idealizadores do movimento batizado de “Justiça Terapêutica” a falta de um rigor terminológico, conceitual e sistêmico, tanto na terminologia jurídica, quanto de saúde, uma vez, por exemplo, não diferenciam claramente que espécie de usuário seria adequado para receber tratamento, nem conseguem mostrar com precisão em quais espécies de delitos seria cabível a Justiça Terapêutica, o que tornam suas idéias muito vulneráveis a críticas.

Para nós, de modo pragmático e sem preconceitos, a justiça brasileira deveria adaptar à realidade brasileira algumas das iniciativas positivas dos programas das Drug Courts, mormente os relacionados à reintegração social num país tão carente como o nosso, bem como se valer do melhor que as estratégias de redução de danos possam oferecer.

Alguns desafios que devem ser encarados se referem à real eficácia dos atendimentos; à pertinência do encaminhamento e sua receptividade; à evolução da medida no tocante à adesão, abandono ou alta e, sobretudo à percepção do destinatário da Justiça Terapêutica, o receptor da medida, esse diálogo que é tão indicado pela criminologia crítica em relação aos detentos.

Um dos maiores problemas, senão o maior, para implementação da Justiça Terapêutica é a falta de estrutura para atendimento de pessoas com problemas referentes às substâncias psicoativas, pois há pouquíssimos setores especializados que se concentram nas grandes cidades. Faz-se mister um investimento maciço de todas as esferas de governo para o enfrentamento de uma questão de suma importância até para o futuro da nação.

Concebemos Justiça Terapêutica como todo programa, prática ou ação, por parte de órgão ou unidade do judiciário, que disponibilize, intermedeie, encaminhe crianças, adolescentes e adultos usuários abusivos ou dependentes de drogas lícitas e ilícitas, a alguma espécie de tratamento, em virtude de envolvimento deles com a justiça, visando à redução de risco, através de monitoramento judicial.

Não se pode negar, entretanto, que o judiciário, caso dotado de equipe técnica treinada, representa um importante fator motivacional externo, como demonstrado na pesquisa efetuada.

Não concordamos com nenhuma forma de conversão em prisão relativa ao não êxito no tratamento, como ocorre nas Drugs Courts, nem tampouco com a exigência de abstinência. O mais importante é a conscientização da pessoa sobre os danos gerados a si ou a outrem, face ao uso disfuncional de substâncias psicotrópicas, a fim de se evitar a reincidência e uma mais

acentuada deterioração da saúde do indivíduo e de suas relações sociais. A comunidade e o terceiro setor devem trabalhar em conjunto com o setor público para maior êxito.

Faz-se imprescindível um grande estímulo ao desenvolvimento de censos, bancos de dados e de informações, de estudos e pesquisas interdisciplinares, criminológicas, de direito comparado, de história, criminais, antropológicas, sociológicas, estatísticas, econômicas, epidemiológicas, clínicas, farmacológicas, dentre outros ramos do saber.

Devem ser ouvidos todos os atores envolvidos como os usuários e ex-usuários, os técnicos de saúde, os operadores do direito, os grupos de ajuda mútua, para que se possa ter uma radiografia constante e se obter o melhor diagnóstico possível para um enfrentamento eficaz e realista da questão das drogas.

Os dados obtidos na pesquisa descrita no capítulo 9, não deixam de representar uma quebra da generalizada concepção de que para um tratamento, na área de substâncias psicotrópicas terem êxito, faz-se imprescindível que o tratamento seja voluntário. Esse levantamento pode ensejar um novo enfoque no trato de um tema tão complexo. A alta clínica dos indivíduos encaminhados a tratamento pela justiça foi percentualmente superior comparado com os que procuraram o tratamento espontaneamente e em relação aos que chegaram ao tratamento de outras formas, como enviados pelos setores de saúde. Tal fato não pode, nem deve ser desconsiderado pelos especialistas.

O que é inquestionável são os dados alarmantes referentes às patologias decorrentes do uso inadequado das substâncias psicotrópicas e a quantidade cada vez maior de imputáveis usuários disfuncionais delas, que ingressam na esfera da justiça, mormente criminal e que as tradicionais salvaguardas se mostram impotentes, deixando a sociedade brasileira atordoada e descrente.

Talvez o caminho passe por uma ampla política pública no sentido de trabalho em conjunto entre a justiça e os setores de tratamento, mormente nos casos de delitos mais graves e quando atos do dependente ou usuário abusivo atinjam bens jurídicos de terceiros.

Acreditamos, por conseguinte, que a Justiça Terapêutica é algo que deve ser melhor estudado, aperfeiçoado e pode sim ser uma forma eficaz de motivação do usuário abusivo ou dependente que ingressa na esfera criminal, por conta de suas dificuldades com as substâncias psicoativas, mormente quando sabemos que os interesses da coletividade devem se sobrepor aos individuais. Não como uma justiça punitiva, mas uma justiça que preste um serviço mais amplo e profícuo à comunidade a que serve.

A abordagem de assunto tão delicado deve ser responsável, cautelosa e desapaixonada, todavia necessita avançar com certa brevidade, sempre tendo os deveres, direitos e garantias do indivíduo e da coletividade como o centro de qualquer discussão.

REFERÊNCIAS

LIVROS

ALMEIDA, Marcos de. Comentário sobre os princípios fundamentais da bioética. In: BARCHIFONTAINE, Christian de Paul; PESSINI, Léo (Org.). **Fundamentos da bioética**. São Paulo : Paulus, 1996.

ALVES, Roque de Brito. **Estudos de ciência criminal**. Recife : Companhia Editora de Pernambuco, 1993.

ALVIM, Rui Carlos Machado. **Uma pequena história das medidas de segurança**. São Paulo : IBCCrim, 1997.

ANGLIN, M. Douglas. In: SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA PROBLEMÁTICA DAS DROGAS: Projeto RS sem drogas, 5., 2001, Porto Alegre. **Apostila...** Porto Alegre : Corregedoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2001.

ARANA, Xabier; HUSAK, Douglas; SCHEERER, Sebastian (Coords.). **Globalización y drogas: políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos**. Madrid : Dykinson, 2003.

ARBEX JÚNIOR, José. **Narcotráfico: um jogo de poder nas Américas**. 7. ed. São Paulo : Moderna, 1997.

AZEVEDO, Mônica Louise de. **Penas alternativas à prisão: os substitutivos penais no sistema penal brasileiro**. Curitiba : Juruá, 2005.

BABOR, Thomas F. Controvérsias sociais, científicas e médicas na definição de dependência do álcool e das drogas. In: EDWARDS, Griffith; LADER, Malcolm et al. **A natureza da dependência de drogas**. Trad. de Rose Eliane Starosta. Porto Alegre : Artes Médicas, 1994.

BARATTA, Alessandro. **Introducción a una sociología de la droga: problemas y contradicciones del control penal de las drogodependencias: estudios penales en memoria el profesor Agustín Fernández-Albor**. Santiago de Compostela : Universidade de Santiago de Compostela, 1989.

_____. **Introducción a uma sociologia de la droga**. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DIREITO PENAL, 1988, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 1991.

_____. Fundamentos ideológicos de la actual política criminal sobre drogas. In: _____. **La actual política criminal sobre drogas: una perspectiva comparada.** Trad. de Maurício Martinez. Valencia : Tirant lo Blanch, 1993.

_____. **Introducción de la criminología de la droga y sistema penal.** Buenos Aires : Julio César Faira Editor, 2004.

BARCHIFONTAINE, Christian de Paul; PESSINI, Leocir (Org.). **Fundamentos da bioética.** São Paulo : Paulus, 1996.

_____. **Problemas atuais de bioética.** 2. ed. São Paulo : Loyola, 1994.

BARRETO, Menna. **Lei de tóxicos:** comentários por artigo. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1996.

BARRIUSO, Martín. La prohibición de drogas, del tabú moral a la desobediencia civil. In: ARANA, Xabier, HUSAK, Douglas; SCHEERER, Sebastian (Coords.). **Globalización y drogas:** políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos. Madrid : Dykinson, 2003.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional.** 19. ed. São Paulo : Saraiva, 1998.

BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos:** violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro : Revan, 1990.

BISQUERRA, Rafael; CASTELLÁ SARRIERA, Jorge; FRANCESC, Martinez. **Introdução à estatística:** enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Trad. de Fátima MURAD. Porto Alegre : Artmed, 2004.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão:** causas e alternativas. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1993.

_____. **Manual de direito penal:** parte geral. 7. ed. São Paulo : Saraiva, 2002. v. 1.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 9. ed. São Paulo : Malheiros, 2000.

BRANDÃO, Cláudio. **Introdução ao direito penal:** análise do sistema penal à luz do princípio da legalidade. Rio de Janeiro : Forense, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1988.

BRAUN, Ivan Mario. **Drogas:** perguntas e respostas. São Paulo : MG Editores, 2007.

BRITO, Aléxis Augusto Couto de. **Execução penal**. São Paulo : Quartier Latin, 2006.

BUENO, R. Estratégias da redução de danos em Santos. In: **Troca de seringas**: drogas e Aids: ciência, debate e saúde pública. Brasília : Ministério da Saúde, 1998.

BURGIERMAN, Denis Russo. **Maconha**. São Paulo : Abril, 2003.

BURROUGHS, William S. **Junky**. Trad. de Ana Carolina Mesquita. Rio de Janeiro : Ediouro, 2005.

BUSTOS RAMÍREZ, Juan. **Coca-cocaína**: entre el derecho y la guerra: política criminal de la droga en los países andinos. Barcelona : PPU, 1990.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 3. ed. Coimbra : Almedina, 1999.

CARNEIRO, Henrique. **Filtros, mezinhas e triaca**: as drogas no mundo moderno. São Paulo : Xamã, 1994.

CARLINI, Beatriz. Apresentação à edição brasileira. In: MARLATT, G. Alan et al. **Redução de danos**: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1999.

CARVALHO, Hilário Veiga de. **A nova lei antitóxicos**: comentários. São Paulo : José Bushatsky, 1973.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**: do discurso oficial às razões da descriminalização. Rio de Janeiro : Luam, 1997.

_____. **A política criminal de drogas no Brasil**: estudo criminológico e dogmático. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2006.

_____. _____. 4. ed. amp. atual. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2007.

CASTEL, S; CASAL, M.; YOSHIDA, S. Prevalência da soropositividade para o HIV em uma população de usuários de drogas endovenosas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALCOOLISMO, 8., 1989, São Paulo. **Anais...** São Paulo.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Drogas nas escolas**. Brasília : UNESCO, 2002.

CLASSIFICAÇÃO de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Organização Mundial de Saúde. Trad. de Dorgival Caetano. Porto Alegre : Artes Médicas, 1993.

COHEN, Cláudio; MARCOLINO, José Álvaro Marques. **Aspectos bioéticos em psiquiatria em**: a questão ética e a saúde humana. São Paulo : Atheneu, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo : Saraiva, 1999.

_____. _____. São Paulo : Saraiva, 2003.

CONSTITUIÇÃO Portuguesa de 1933: art. 6, nº. 3. In: SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2001.

COOPER, Caroline S. **Drug court survey report**: executive summary, drug court clearinghouse and technical assistance project: a project of the drug courts programs office, office of justice programs. Washington (DC) : U. S. Department of Justice. oct., 1997.

CORREIA, Francisco de Assis. **A alteridade como critério fundamental e englobante da bioética**. 1993. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

COSTA, Antonio M.; AMÉLIA, Clara. **Droga: a fina flor do crime**. 3. ed. [s.n.] : Arte a Dois.

COSTA, Fernando José da. Descriminalização do porte e do uso de substância ilícita. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas: aspectos penais e criminológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

COSTA, Helena Regina Lobo da. Análise das finalidades da pena nos crimes de tóxico: uma abordagem da criminalização do uso de entorpecentes à luz da prevenção geral positiva. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas: aspectos penais e criminológicos**. Rio de Janeiro : Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. Justiça terapêutica. In: GUIMARÃES, Marcello Ovídio Lopes (Coord.). **Nova lei antidroga comentada: Lei nº 11.343**. São Paulo : Quartier Latin, 2007.

CUNHA, Wagner. **In-dependência**. São Paulo : Idéia e Ação, 2006.

DEFININDO os tribunais para dependentes químicos: os componentes chave. Tradução de Márcia Biato. Brasília : Embaixada dos EUA da América no Brasil. jun., 2000.

DEVOTO, Eleonora Ángela. **Probation e institutos análogos**. Buenos Aires : Din, 1995.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 19. ed. São Paulo : Atlas, 2006.

DIAS JÚNIOR, Walter. **O império Juramidam nas batalhas do astral**: uma cartografia do imaginário no culto do Santo Daime. 1992. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DIAS, Jorge de Figueiredo. O movimento de descriminalização e o ilícito de mera ordenação social. In: CORREIA, Eduardo et al. (Coord.). **Direito penal econômico e europeu**: textos doutrinários. Coimbra : Coimbra Editora, 1998. v. 1.

DICIONÁRIO médico Blakiston. Trad. Benjamin Mayerovitch, Joaquim Clemente de Almeida Moura e Roberto Pessoa. 2 ed. São Paulo : Andrei, 1982.

DOTTI, René Ariel. **Bases e alternativas para o sistema de penas**. 2. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1998.

ELDRIDGE, William Butler. **Narcotics and the law**: a critique of the american experiment in narcotic drug control. Chicago : American Bar Foundation, 1967.

ENGELHARDT JÚNIOR, H. Tristram. **Fundamentos da bioética**. Trad. de José A. Ceschin. São Paulo : Loyola, 1998.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia de las drogas**. Madrid : Alianza Editorial, 1996. v. 3.

FERNANDES, Helena Maria Ribeiro (Coord.). **Psicologia, serviço social e direito**: uma interface produtiva. Recife : Ed. Universitária, 2001.

FERRAJOLI, Luigi. **Diritto e ragione**: teoria del garantismo penale. 5. ed. Roma : Laterza, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Luiz Pinto. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. ampl. e atual. São Paulo : Saraiva, 1993.

FIGLIE, Neliana Buzi; BORDIN, Selma; LARANJEIRA, Ronaldo. Como organizar uma história clínica. In: _____. **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo : Roca, 2004a.

_____. Sistemas diagnósticos em dependência química: conceitos básicos e classificação geral. In: _____. **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo : Roca, 2004b.

FOLLE, Amadeo Ottati. **Alcoholismo y derecho penal**. Montevideo : Amalio M. Fernandez, 1976.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 1996.

FONTES, Andrezza; FIGLIE, Neliana Buzi. Redução de danos: uma alternativa para lidar com o consumo de substâncias psicoativas. In: _____. **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo : Roca, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. de Raquel Ramalhete. 16. ed. Petrópolis : Vozes, 1997.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina legal**. 6. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2001.

FRANCESCHINE, José Luiz Vicente de Azevedo. **Tóxicos jurisprudência, notas, legislação, bibliografia**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo : Leud, 1990.

FRANCO, Alberto Silva et al. **Leis penais e sua interpretação jurisprudencial**. 6. ed. rev. e amp. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1997.

FREITAS, Ricardo de Brito A. P. **As razões do positivismo penal no Brasil**. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2002.

FREUD, Sigmund. El malestar en la cultura. In: _____. **Obras completas**. Buenos Aires : Santiago Rueda Editor, 1955. v. XIX.

GARRAFA, Volnei e Costa; COSTA, Sérgio Ibiapina F.; OSELKA, Gabriel. **A bioética no século XXI**. In: GARRAFA, Volnei e Costa; COSTA, Sérgio Ibiapina F. (Org.). _____. Brasília : Editora UnB, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro : LTC, 1988.

GOMES, Geraldo. **Os alucinógenos e o direito: L.S.D.** São Paulo : Juriscredi, 1972.

GOMES, Luiz Flávio. **Juizados criminais federais, seus reflexos nos juizados estaduais e outros estudos**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2002.

_____. (Coord.). **Nova lei de drogas comentada**: artigo por artigo: Lei 11.343/2006, de 23.08.2006. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2006a.

_____. **Penas e medidas alternativas à prisão**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1999.

_____. **Suspensão condicional do processo penal**. 2. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1997.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. Notas sobre a inidoneidade constitucional da criminalização do porte e do comércio de drogas. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

GONÇALVES JÚNIOR, Ulysses de Oliveira. **Uso indevido de drogas**: aspectos polêmicos da sanção. 2005. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito de São Paulo, São Paulo.

GONZAGA, João Bernardino. **Entorpecentes**: aspectos criminológicos e jurídico-penais. São Paulo : Max Limonad, 1963.

GRADASCHI, Mariluze. **Aplicação da justiça terapêutica aos dependentes de substâncias entorpecentes**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

GRAEFF, Frederico Guilherme; GUIMARÃES, Francisco Silveira. **Fundamentos de psicofarmacologia**. São Paulo : Atheneu, 2005.

GRECO FILHO, Vicente. **Tóxicos: prevenção, repressão**. 9. ed. São Paulo : Saraiva, 1993.

_____. _____. 14. ed. São Paulo : Saraiva, 2007.

_____; RASSI, João Daniel. **Lei de drogas anotada: Lei n. 11.343/2006**. São Paulo : Saraiva, 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. **Juizados especiais criminais: comentários à Lei nº. 9.099, de 26.09.1995**. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2005.

GURFINKEL, Decio. **A pulsão e seu objeto-droga: estudo psicanalítico sobre a toxicomania**. Petrópolis : Vozes, 1996.

HARTMANN, Arlete. **Uso de drogas: crime ou exercício de um direito?** Porto Alegre : Síntese, 1999.

HASSEMER, Winfried. **Perspectivas de uma moderna política criminal: três temas de direito penal**. Porto Alegre : Escola Superior do Ministério Público, 1993. Resumo elaborado por César Roberto Bitencourt, sem revisão do autor, da conferência realizada no Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, em 17.11.93.

_____. **Crítica al derecho penal de hoy**. Bogotá : Universidad Externato de Colombia, 1998.

HORA, Peggy Fulton; SCHMA, William G.; ROSENTHAL, John T. A. **Therapeutic jurisprudence and the drug treatment court movement: revolutionizing the criminal justice system's response to drug abuse and crime in America**. Notre Dame, Pensilvania : University of Notre Dame, 1999.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao código penal**. Rio de Janeiro : Forense, 1953. v. 1, t. 1.

_____. _____. _____. 1959. v. IX.

_____. _____. _____. 1967. v. 7.

HUSAK, Douglas. ¿De qué forma los derechos limitan la política sobre drogas? In: ARANA, Xabier; HUSAK, Douglas; SCHEERER, Sebastian (Coord.). **Globalización y drogas: políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos**. Madrid : Dykinson, 2003.

ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente**: doutrina e jurisprudência. São Paulo : Atlas, 2000.

JENSEN, Eric L. Sanciones no penales por delitos de drogas en los EE.UU.: erosionando el tejido social. In: ARANA, Xabier; HUSAK, Douglas; SCHEERER, Sebastian (Coord.). **Globalización y drogas**: políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos. Madrid : Dykinson, 2003.

JESCHECK, Hans H. **Tratado de derecho penal**: parte general. Trad. de José Luis Mansanares Saminiego. 4. ed. Granada : Comares, 1993.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Penas alternativas**. São Paulo : Saraiva, 1999.

_____. **Lei antitóxicos anotada**. 3. ed. São Paulo : Saraiva, 1997.

KAPLAN, Harold I.; SADOCK, Benjamin J.; GREBB, Jack A. **Compêndio de psiquiatria**: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. Trad. de Dayse Batista. 7. ed. Porto Alegre : Artes Médicas, 1997.

KAPLAN, Harold I.; SADOCK, Benjamin J. **Compêndio de psiquiatria**. Trad. de Maria Cristina Monteiro e Dayse Batista. Porto Alegre : Artes Médicas, 1990.

KARAM, Maria Lúcia. **De crimes, penas e fantasias**. Rio de Janeiro : Luam, 1991.

_____. **Juizados especiais criminais**: a concretização antecipada do poder de punir. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004.

KELSEN, Hans. **Teoria do direito e do estado**. São Paulo : Martins Fontes.

LARANJEIRA, Ronaldo (Coord.) et al. **Usuários de substâncias psicoativas**: abordagem, diagnóstico e tratamento. São Paulo : Cremespe SP/AMB, 2003.

LEVINE, Harry G. Proibição global de las drogas. In: ARANA, Xavier; HUSAK, Douglas; SCHEERER, Sebastian (Coord.). **Globalización y drogas**: políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos. Madrid : Dykinson, 2003.

LEUKEFELD, Carl G.; TIMS, Frank. In: SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA PROBLEMÁTICA DAS DROGAS: Projeto RS sem drogas, 5., 2001, Porto Alegre. **Apostila...** Porto Alegre : Corregedoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2001.

LIMA, Flávio Augusto Fontes de. **Suspensão condicional do processo penal no direito brasileiro**. Rio de Janeiro : Forense, 2000.

LOPES, Cunha. **Toxicomanias**. Rio de Janeiro : Tipografia América, 1939.

LOUREIRO, Cláudio Silva. O prazer no fenômeno das dependências. In: SILVEIRA FILHO, Dartiu Xavier da; MOREIRA, Fernanda Gonçalves (Orgs.). **Panorama atual de drogas e dependências**. São Paulo : Atheneu, 2006.

MACRAE, Edward. **Guiado pela lua**: xamanismo e o uso ritual da *ayahuasca* no culto do Santo Daime. São Paulo : Brasiliense, 1992.

_____. **O controle social do uso de substâncias psicoativas em conversações abolicionistas**: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo : IBCCRIM; PEPG Ciências Sociais PUC/SP, 1997.

MALBERGIER, André. O modelo da redução de danos no tratamento das dependências. In: FOCCHI, Guilherme Rubino de Azevedo et al. **Dependência química**: novos modelos de tratamento. São Paulo : Roca, 2001.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV-TR. American Psychiatric Association. 4 ed. texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARANHÃO NETO, Arnaldo Fonseca. **Estudos sobre a justiça terapêutica**. Recife : Bagaço, 2003.

MARCÃO, Renato Flávio. **Curso de execução penal**. 5. ed. São Paulo : Saraiva, 2007.

MARLATT, G. Alan; GORDON, J. R. **Relapse prevention**: maintenance strategies in the treatment of addictive behaviors. New York : Guilford Press, 1985.

MARLATT, G. Alan. Redução de danos no mundo: uma breve história. In: _____ et al. **Redução de danos**: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Trad. de Daniel Bueno. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1999.

_____; WEINGARDT, Kenneth R. Redução de danos e políticas públicas. In: _____ et al. **Redução de danos**: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Trad. de Daniel Bueno. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1999.

MARONA, Cristiano Ávila. Proibicionismo ou morte? In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

MASUR, Jandira; CARLINI, Elisaldo. **Drogas, subsídios para uma discussão**. 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 2004.

MATOS, Suely de Barros Correia. O clínico generalista na instituição de tratamento de usuários de drogas psicoativas: a relação do clínico com os dependentes de drogas. In: SILVA, Gilberto Lúcio da (Org.). **Coação ou co-ação**: diálogo entre justiça e saúde no contato com usuários de drogas. Recife : Bagaço, 2005.

MÉDICI, Sérgio de Oliveira. Incriminação do porte de substância entorpecente para uso próprio. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos.

Rio de Janeiro : Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 17. ed. atual. São Paulo : Malheiros, 2004.

MELMAN, Charles. **Alcoolismo, delinquência, toxicomania**: uma outra forma de gozar. Trad. de Rosane Pereira. 2. ed. São Paulo : Escuta, 2000.

MESQUITA, Fábio C. Drogas injetáveis e Aids. In: PAIVA, Vera (Org.). **Em tempos de aids viva a vida**: sexo seguro, prevenção, drogas, adolescentes, mulheres, apoio psicológico aos portadores. São Paulo : Summus, 1993.

_____. Perspectivas das estratégias da redução de danos no Brasil. In: _____. BASTOS, Francisco Inácio (Ed.). **Drogas e AIDS, estratégias da redução de danos**. São Paulo : HUCITEC, 1994.

MEYER, Paul L. **Probabilidade**: aplicações à estatística. 2. ed. Rio de Janeiro : LTC, 1995, c1969. Trad. de: Introductory probability and statistical applications.

MILL, John Stuart. **A liberdade/utilitarismo**. Tradução Eunice Ostrensky. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal**: parte geral. 21. ed. São Paulo : Atlas, 2004.

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos**. São Paulo : Contexto, 2006.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. **Do espírito das leis**. 2. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 1999.

_____. **Direito constitucional**. 9. ed. São Paulo : Atlas, 2001.

MOUSNIER, Conceição. In: CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia. (Coord.). **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. São Paulo : Malheiros, 1992.

MUÑOZ CONDE, Francisco. **Direito penal e controle social**. Trad. de Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro : Forense, 2005.

MUSUMECI, Bárbara. O consumo de álcool no país. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo : Brasiliense, 1994.

NAGIB, Luiza. As drogas e a legislação brasileira. In: BESSA, Marco Antonio; PINSKY, Ilana (Org.). **Adolescência e drogas**. São Paulo : Contexto, 2004.

NATIONAL DRUG COURT INSTITUTE. **Desenvolvimento e implementação de sistemas de tribunais para dependentes químicos**. Tradução de Luiz Magalhães. Brasília (DF) : Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil, maio de 1999. Escritório de Programas de Justiça, Departamento de Justiça, Washington, D.C.

NEWCOMBE, R. The reduction of drug-related harm: a conceptual framework for theory, practice, and research. In: O'HARE, P. A. et al. **The reduction of drug-related harm**. London : Routledge, 1992.

NICASTRI, Sérgio. A classificação das drogas psicotrópicas. In: ANDRADE, Arthur Guerra de; NICASTRI, Sérgio; TONGUE, Eva. **Drogas: atualização em prevenção e tratamento: curso de treinamento em drogas para países africanos da língua portuguesa**. São Paulo : Lemos, [200-?].

NOLAN JR, James L. **Reinventing justice: the american drug court movement**. Princenton : Princenton University Press, 2001.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. **A vítima e o direito penal: uma abordagem do movimento vitimológico e de seu impacto no direito penal**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1999.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Corrêa de Almeida. **Os tribunais de drogas e o tratamento como alternativa penal**. 2004a. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Edmundo. **O futuro alternativo das prisões**. Rio de Janeiro : Forense, 2002.

OLIVEIRA, José Roberto Rochel de; SÉRGIO SOBRINHO, Mário. Justiça terapêutica. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas: aspectos penais e criminológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

OLMO, Rosa Del. **América Latina y su criminología**. México : Siglo Veintiuno, 1984.

_____. La legislación en el contexto de las intervenciones globales sobre drogas. In: VEGA FUENTE, Amando (Coord.). **Drogas: qué política para qué prevención**. San Sebastián : Gakoa Liburuak, 2002.

_____. Las drogas y sus discursos. In: PIERANGELI, José Enrique (Coord.). **Direito criminal**. Belo Horizonte : Del Rey, 2004. v. 5.

ORFORD, Jim. Em busca de uma síntese no estudo da natureza da dependência de drogas: enfrentando as complexidades. In: EDWARDS, Griffith; LADER, Malcolm e colaboradores. **A natureza da dependência de drogas**. Trad. de Rose Eliane Starosta. Porto Alegre : Artes Médicas, 1994.

PALLONE, Nathaniel J. **Treating substance abusers in correctional contexts: new understandings, new modalities**. New York : Haworth, 2003.

PALHANO, Ruy. **Drogas**: saiba mais a seu respeito. São Luís : Lithograf, 2000.

PASCHOAL, Janaína Conceição. A importância do encontro sobre drogas: aspectos penais e criminológicos. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro : Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

PASSAGLI, Marcos. **Toxicologia forense**: teoria e prática. Campinas : Millennium, 2008.

PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto Baptista Dias da. (Org.) **Conversações abolicionistas**: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo : IBCCrim, 1997.

PEÑA, Encarna Bas. Cambios sociales y desarrollo legislativo en andalucía (1985-1997): prevención de drogodependencias en el medio educativo. In: ARANA, X.; MARKEZ, I.; VEGA, A. **Drogas**: cambios sociales y legales ante el tercer milenio. Madrid : Dykinson, 2000.

PÉRIAS, Gilberto Rentz. **Leis antitóxicos comentadas, teoria, legislação e jurisprudência**: direito penal. Sta. Cruz da Conceição : Editora Vale do Mogi, 2002.

PESSINI, Léo. **Fundamentos da bioética**. São Paulo : Paulus, 1996.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**: parte geral. 5. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2005. v. 1.

_____. **Curso de direito penal brasileiro**: parte geral. 6. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2006. v. 1.

NAÇÕES UNIDAS. **Programa das Nações Unidas para o controle internacional de drogas: Brasil 10 anos de Compromisso - ONU**. Brasília : UNDCP, 1999.

QUEIROZ, Paulo de Souza. **Do caráter subsidiário do direito penal**: lineamentos para um direito penal mínimo. Belo Horizonte : Del Rey, 1998.

REALE JÚNIOR, Miguel. Responsabilidade social da universidade. In: _____ (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro : Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

REGHELIN, Elisângela Melo. **Redução de danos**: prevenção ou estímulo ao uso de drogas injetáveis. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2002.

REUTER, Peter; KLEIMAN, Mark. Risks and prices: an economic analysis of drug enforcement. In: TONRY, M.; MORRIS, M. **Crime and justice**. Chicago : The University of Chicago, 1986. v. 7.

RIBEIRO, Elsa da Mata; RODRIGUES, Ana Paula. A relação justiça e saúde: um posicionamento do núcleo de apoio e acompanhamento às terapêuticas de drogadicção para

adolescentes. In: SILVA, Gilberto Lúcio da (Org.). **Coação ou co-ação**: diálogo entre justiça e saúde no contato com usuários de drogas. Recife : Bagaço, 2005.

RIBEIRO, Marcelo; FIGLIE, Neliana Buzi; LARANJEIRA, Ronaldo. Organização de serviços de tratamento para a dependência química. In: FIGLIE, Neliana Buzi; BORDIN, Selma; LARANJEIRA, Ronaldo et al. **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo : Roca, 2004.

SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA PROBLEMÁTICA DAS DROGAS: Projeto RS sem drogas, 5., 2001, Porto Alegre. **Apostila...** Porto Alegre : Corregedoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2001.

RODRIGUES, Eduardo Silveira Melo. **A embriaguez e o crime**. Brasília : Brasília Jurídica, 1996.

RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. **Controle penal sobre as drogas ilícitas**: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Direito infracional**: garantismo, psicanálise e movimento antiterror. Florianópolis : Habitus, 2005.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo : Abril Cultural, 1978.

ROXIN, Claus. Franz Von Liszt e a concepção político-criminal do projecto alternativo. In: _____. **Problemas fundamentais de direito penal**. Lisboa: Veja, 1986.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2007.

SÁ, Domingos Bernardo Silva. Projeto para uma nova política de drogas no país. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo : Brasiliense, 1994.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Tipicidade penal e sociedade de risco**. São Paulo : Quartier Latin, 2006.

SAMPAIO, Christiane Moema Alves; CAMPOS, Marcelo Araújo (Org.). **Drogas, dignidade & inclusão social**: a lei e a prática de redução de danos. Rio de Janeiro : Associação Brasileira de Redutores de Danos (ABORDA), 2003.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **La expansión del derecho penal**: aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales. 2. ed. Madri : Civitas Ediciones, 2001.

SANTIAGO, Jesús. **A droga do toxicômano**: uma parceria clínica na era da ciência. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **La globalización del derecho**: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá : Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SANTOS, Jorcelino Luiz dos. **Drogas**: psicologia e crime. Porto Alegre : Sagra Luzzatto, 1997.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Criminologia radical**. Rio de Janeiro : Forense, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2001.

SCHEERER, Sebastian. Prohibición de las drogas en sociedades abiertas. In: ARANA, Xabier; HUSAK, Douglas; _____. (Coords.) **Globalización y drogas**: políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos. Madrid : Dykinson, 2003.

SCHUSTER, Charles. O comportamento da busca de droga: implicações para as teorias de dependência de droga. In: EDWARDS, Griffith; LADER, Malcolm et al. **A natureza da dependência de drogas**. Trad. de Rose Eliane Starosta. Porto Alegre : Artes Médicas, 1994.

SECONDAT, Charles Louis de. **Do espírito das leis**. São Paulo : Abril Cultural, 1979. (Coleção Os pensadores).

SEGRE, Marco. **A questão ética a saúde humana**. São Paulo : Atheneu, 2006.

_____; SEIBEL, Sérgio Dario. **Aspectos éticos das atenções de saúde em relação ao dependente de drogas em a questão ética e a saúde humana**. São Paulo : Atheneu, 2006.

SERPA, Oswaldo. **Dicionário escolar inglês-português, português-inglês**. 3. ed. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, 1961.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004.

SILVA, Cláudio Jerônimo; LARANJEIRA, Ronaldo. Neurobiologia da dependência química. In: FIGLIE, Neliana Buzi; BORDIN, Selma; LARANJEIRA, Ronaldo (Coord.). **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo : Roca, 2004.

SILVA, Clodomir Monteiro da. **O palácio de Juramidam - Santo Daime**: um ritual de transcendência e despoluição. 1983. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Edevaldo Alves da. **Tóxicos no direito penal brasileiro**. São Paulo : José Bushatsky, 1973.

SILVA, Evandro Lins e. **Sistema penal para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro : Revan, 1991.

SILVA, Gilberto Lúcio da (Org.). **Coação ou co-ação**: diálogo entre justiça e saúde no contato com usuários de drogas. Recife : Bagaço, 2005.

_____. **Da família sem pais à família sem paz**: violência doméstica e uso de drogas. Recife : Bagaço, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 28 ed. rev. e atual. São Paulo : Malheiros, 2007.

SILVA, Reinaldo Pereira e. **Biodireito**: a nova fronteira dos direitos humanos. São Paulo : LTR, 2003.

SILVEIRA FILHO, Dartiu Xavier da; SILVEIRA, Evelyn Doering Xavier da. **Um guia para a família**. Reimp. rev. Brasília : Secretaria Nacional Antidrogas, 1999.

SILVEIRA FILHO, Dartiu Xavier da; MOREIRA, Fernanda Gonçalves. Reflexões preliminares sobre a questão das substâncias psicoativas. In: _____ (Orgs.). **Panorama atual de drogas e dependência**. São Paulo : Atheneu, 2006.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Direito penal supra-individual**: interesses difusos. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2003.

_____. Drogas e política criminal: entre o direito penal do inimigo e o direito penal racional. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro : Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

SCHUSTER, Charles. O comportamento da busca de droga: implicações para as teorias de dependência de droga. In: EDWARDS, Griffith; LADER, Malcolm et al. **A natureza da dependência de drogas**. Trad. de Rose Eliane Starosta. Porto Alegre : Artes Médicas, 1994.

SOUZA, Ailton Alfredo de. Fundamentos jusfilosóficos da despenalização por meio do tratamento da drogadicção. In: SILVA, Gilberto Lucio da (Org.). **Coação ou co-ação**: diálogo entre justiça e saúde no contato com usuários de drogas. Recife : Bagaço, 2005.

STRANG, J. Drug use and harm reduction: responding to the challenge. In: HEATHER, N. et al (Ed.). **Psychoactive drugs and harm reduction**: from faith to science. London : Whurr, 1993.

STUART MILL, John. **A liberdade/utilitarismo**. São Paulo : Martins Fonte, 2000.

SZNICK, Valdir. **A responsabilidade penal na embriaguez**. São Paulo : Leud, 1987.

TEIXEIRA, Paulo. In: Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **Manual de redução de danos**: saúde e cidadania. Brasília : 2001. (Manuais).

TIBA, Içami. **Anjos caídos**. São Paulo : Editora Gente, 2006.

TORNAGHI, Hélio. **Curso de processo penal**. São Paulo : Saraiva, 1980. v. 2.

TORON, Alberto Zaccharias. Deve a cannabis sativa permanecer na lista IV da convenção única de entorpecentes, de 1961, da ONU? In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas: aspectos penais e criminológicos**. Rio de Janeiro : Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

UNIFESP. AFIP. Centro de Pesquisa em Psicobiologia Clínica. **Encontro de centros brasileiros de tratamentos de dependências de drogas**. São Paulo : Afip, 1989.

VALDÉS, García. **Droga e institución penitenciaria**: droga y privación de la libertad. Buenos Aires : Depalma, 1986.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Consumo de drogas**: reflexões sobre o novo quadro legal. Coimbra : Almedina, 2002.

VASCONCELOS, Maria da Conceição de Melo. Uma experiência no atendimento psicológico em grupo aos usuários de drogas em conflito com a lei. In: SILVA, Gilberto Lúcio da (Org.). **Coação ou co-ação**: diálogo entre justiça e saúde no contato com usuários de drogas. Recife : Bagaço, 2005.

VASCONCELOS, Paulo Roberto Caldas de. **Comentários sobre a justiça terapêutica e sobre as leis antitóxicos**. Recife : Litoral, 2004.

VELHO, Gilberto. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo : Brasiliense, 1994.

VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (Org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo : Alameda, 2005.

VERGARA, Rodrigo. **Drogas**. São Paulo : Abril, 2003.

VIEIRA, Luiz Gonzaga. **Tóxicos**. São Paulo : Edipro, 1992.

WACQUANT, Lóic. **As prisões da miséria**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México, DF : Fondo de Cultura Económica, 1988.

WODAK, Alex. Redução de danos e programa de troca de seringas. In: BASTOS, Francisco Inácio; MESQUITA, Fábio; MARQUES, Luiz Fernando (Org.). **Troca de seringas**: drogas e Aids: ciência, debate e saúde pública. Brasília : Ministério da Saúde, Coordenação Geral das DST/AIDS. 1998.

ARTIGOS DE REVISTAS

ADOLESCENTES estão bebendo demais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 ago. 2007, p. A11.

ALVES, Roque de Brito. A criminalidade no Brasil. **Diário de Pernambuco**. Recife, 13 jun. 2007. Opinião, p. A 9.

AUGUSTINIS, Emílio José de; COHEN, Claudio. É possível a autonomia do sentenciado no sistema penitenciário? **Revista Bioética do Conselho Federal de Medicina**, Brasília, v. 6, n. 1, 1998.

BATISTA, Nilo. **Política criminal com derramamento de sangue**: discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro, Instituto de Criminologia, ano 3, n. 5-6, p. 84, 1998.

BATISTA, Vera Malaguti. O tribunal de drogas e o trigre de papel. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 1, n. 4, 2001.

BATTJES, R. J; PICKENS, R. W.; AMSEL, Z. HIV infection and AIDS risk behaviors among intravenous drug users entering methadone treatment in selected. **J. Acq. Imm. Defic. Syndrome**, U.S. cities, v. 4, p. 1148-1154, 1991.

BEAN, Philip. America's drug courts: a new development in criminal justice. **Criminal Law Review**, out., 1996.

BERRIDGE, V. *AIDS*, drugs and history. **British Journal of Addiction**, v. 87, n. 3, p. 363-370, 1992.

BIANCARELLI, Aureliano. Maconha é a nova arma contra o crack. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 1997, p. 3, Cotidiano, 3º Caderno.

BRASIL, Caroline Schneider. O que é programa da redução de danos? **Boletim Informativo do Projeto Comunicação, Segmentos e Prevenção, da Cruz Vermelha Brasileira**, Rio Grande do Sul, ano I, n. 2, p. 3-4, set., 2000.

CARVALHO, Luiz Carlos Schmidt de. Descriminalização do uso de drogas, suspensão do processo judicial e recuperação de usuários de tóxicos: questões para reflexão. **Justitia**, ano 58, v. 173, p. 24-25, jan./mar., 1996.

COLARES, Juliana. Tabagismo: vício de fumar é responsável por 200 mil mortes por ano em todo o mundo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 ago. 2007, C3.

COSTA, Florência. **Revista ISTO É**, São Paulo, n. 1674, 31 out. 2001.

DEMATTEO, D. S.; MARLOWE, D. B.; FESTINGER, D. S. Secondary prevention services for clients who are low risk in drug court: a conceptual model. **Crime & Delinquency**, n. 52, p. 114-134, 2006.

DIAS, Jorge de Figueiredo. Direito penal e estado de direito material: sobre o método, a construção e o sentido da doutrina geral do crime. **Revista de Direito Penal**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 43, 1982.

DWYER JH. Exposure to environmental tobacco smoke and coronary risk. **Circulation**, v. 96, n. 5, p. 1367-1369, 1997.

FARIA, Eduardo José. As transformações do direito. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 6, n. 22, abr./jun., 1998.

FERREIRA, Ivette Senise. A intimidade e o direito penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 5, p. 96, 1994.

GARCIA, Carlos Roberto Marcos. Aspectos relevantes da vitimologia. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 88, v. 769, p. 437-455, 1999.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. Drogas e política criminal. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, n. 130, set., 2003.

HASSEMER, Winfried. Derecho penal simbólico y protección de bienes jurídicos. **Pena y Estado: función simbólica la pena**. Traducción Elena Larrauri. Barcelona, PPU, fasc. 1, n. 1, p. 33, p. 23-36, sep./dic.1991.

KARAM, Maria Lúcia. Políticas de drogas: alternativas à repressão penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 12, n. 47, p. 360-385, mar./abr., 2004.

LARANJEIRA, Ronaldo. Resposta do Professor Laranjeira à carta O problema da proibição do álcool. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 6, p. 393-394, 2004.

LEI seca gera muitas dúvidas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 jun. 2008, A 12.

LIMA, Flávio Augusto Fontes de. Direito penal do inimigo: direito penal do século XXI? **Revista da ESMape**: Escola Superior da Magistratura, Recife, ESMape, v. 11, n. 24, p. 147; 129-152, jul./dez., 2006.

MACHADO, Eduardo. Aumenta o desafio para o plano de segurança. **Jornal do Commercio**, Recife, 10 jun. 2007, Cidades, p. 6.

MARCHI, Maria Mathilde; SZTAJN, Rachel. Autonomia e heteronomia na relação entre profissional de saúde e usuário dos serviços de saúde. **Revista Bioética do Conselho Federal de Medicina**, Brasília, v. 6, n. 1, 1998.

MARLOWE, Douglas B. et al. A national research agenda for drug courts: plotting the course for second-generation scientific inquiry. **Drug Court Review**, Alexandria, NDCI, 2006. v. V, p. 28-31.

MARONA, Cristiano Ávila; MENDES, Carlos Alberto Pires. Nova lei de tóxicos: o reflexo do irrefletido. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 1, n. 111, set., p. 8-9, 2002.

MARQUES, Ednarg Fernandes. Medidas alternativas à prisão: a justiça terapêutica: breves considerações. **Revista do Ministério Público do Maranhão**, São Luís, n. 10, p. 189-197, jan./dez., 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico**: Aids, Brasília, ano XI, n. 4, set./nov., 1998.

_____. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **Manual de redução de danos**. Brasília : 2001. p. 11-12. (Manuais, n. 42).

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **A contribuição dos estudos multicêntricos frente à epidemia de HIV/Aids entre UDIs no Brasil**: 10 anos de pesquisa e redução de danos. Org. de Christiane Moema Alves Sampaio e Marcelo Araújo Campos. Brasília : 2003. (Avaliação, n. 8).

MORAIS, Bartolomeu Bueno de Freitas. Drogas: aspectos jurídicos na perspectiva da prevenção. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Poder Judiciário Estadual. p. 2. Recife, 14 out. 2003.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O processo penal norte-americano e sua influência. **Revista do Ministério Público**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 89, 2000.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. A nova lei de tóxicos: aspectos processuais. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 93, v. 825, jul., 2004.

NUNES, Adeildo. O país do tráfico. **Jornal do Commercio**, Recife, 9 jun. 2007, Opinião.

PAI embriagado joga bebê na parede. **Jornal do Commercio**, Recife, 11 maio 2007, Caderno Cidades, p. 3.

PAÍS no rol dos mais rigorosos. **Jornal do Commercio**, Recife, 29 jun. 2008, Seção Brasil, p. 15.

PARADA gay: panfleto dá dicas de como usar drogas. **Jornal do Commercio**, Recife, 09 jun. 2007, p. 11.

PASCOAL, Janaína Conceição. A justiça terapêutica aqui e as cortes de drogas lá. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, n. 166, p. 13-14, set., 2006.

REVISTA DOS TRIBUNAIS. São Paulo, v. 530, p. 365, dez., 1979, v. 600, p. 409, out., 1985.

RIBEIRO, Maurides de Melo. As políticas públicas e a questão das drogas: redução de danos. **Juízes para a Democracia**: Publicação Oficial da Associação Juízes para a Democracia, ano 9, n. 35, set./nov., 2005.

ROCHA, Cármem Lúcia Antunes. O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. **Revista Interesse Público**, São Paulo, Notadez, ano 1, n. 4, p. 24-26, out./dez., 1999.

ROCHA, João Victor. Recuperação lenta. **Diário de Pernambuco**, 03 out. 2004. p. 2.

RODRIGUES, Edvaldo. Ação contra uso de álcool entre jovens. **Diário de Pernambuco**, 05 jul. 2007, Vida Urbana, C8.

SANTIN, Valter Folete. Terapia do acusado de porte de entorpecente como condição da suspensão condicional do processo. **Justitia**, São Paulo, Associação Paulista do Ministério Público, n. 196, p. 81-89, out./dez., 2001.

SANTOS, Nildo Nery dos. **Relatório de atividades**: Tribunal de Justiça de Pernambuco: biênio 2000-2002, Recife, 2002, p. 8.

SECRETARIA de Estado da Saúde de São Paulo. **Boletim Epidemiológico**, ano XVI, n. 4, 1998.

SILVA JÚNIOR, Edison Miguel da. Usuário de droga ilícita e a lei dos juizados federais. **Boletim do IBCCrim**, a. 9, n. 110, p. 10, jan., 2002.

SPOSATO, Karyna et al. Defesa técnica de adolescentes acusados da autoria de atos infracionais em São Paulo. **Revista ILANUD**, São Paulo, n. 22, 2002.

TONRY, Michael; PETERSILIA, Joan. **Crime and Justice**: review of research. Chicago : University of Chicago, 1999. v. 26, p. 21.

VELHO, Gilberto. Uma perspectiva antropológica do uso de drogas. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, p. 355-358, 1980.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La legislación “anti-droga” latinoamericana: sus componentes de derecho penal autoritario. **Fascículo de Ciências Penais**: Drogas: Abordagem interdisciplinar, Porto Alegre, v. 3, p. 18, 1990.

MEIO ELETRÔNICO

ADOLESCENTE viciado em drogas é acorrentado na Bahia. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2007/07/05/ult4469u6602.jhtm>>. Acesso em: 04 jul. 2007.

ADULT DRUG COURTS: evidence indicates recidivism reductions and mixed results for other outcomes. Government Accountability Office (GAO), 2005. Disponível em: <<http://www.gao.gov/new.items/d05219.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JUSTIÇA TERAPÊUTICA. **As drogas e a família**. Disponível em: <http://www.aclaud.org/as_drogas_e_a_familia.htm>. Acesso em: 16 jul. 2007.

_____. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.thp?id=99&n=85>>. Acesso em: 24 fev. 2005.

BARDOU, Luiz Achylles Petiz. **Justiça terapêutica**: origem, abrangência territorial e avaliação. ANJT. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/just_terapeutica/doutrina/id392.htm>. Acesso em: 26 de jun. 2007.

BARDOU, Luiz Achylles Petiz; FREITAS, Carmem Có. **A problemática das drogas**. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/hmpage/homepage2.nsf/pages/jterap_artigo3>. Acesso em: 22 fev. 2005.

BORGES, Maria Elda Melo; BARROS, Suzana de Toledo. **Justiça terapêutica para usuários de drogas ilícitas**. Disponível em: <<http://www.conamp.org.br/eventos/teses/tese060.htm>>. Acesso em: 29 maio 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/depen/>>. Acesso em: 2 ago. 2007.

CABALLERO, Francis. **Liberalize rather than punish**. Disponível em: <<http://www.drugtext.org/library/articles/ial4.html>>. Acesso em: 01 ago. de 2007.

CONSELHO Regional Psicologia do Estado de São Paulo. **Justiça terapêutica**. Disponível: <http://crpsp.org.br/a_servi/frames/fr_forum_justica_terapeutica.htm>. Acesso em: 27 ago. 2003.

COSTA, Reynaldo Lúcio Moutinho. **Aplicação da suspensão condicional do processo aos casos dos usuários de drogas**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1087>>. Acesso em: 25 jun. 2007.

DICIONÁRIO médico Blakiston. **Conceito de psicotrópico**. 2. ed. São Paulo : Andrei, p. 872. Disponível em: <<http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/Entorpec.htm>>. Acesso em: 14 maio 2007.

DROGAS, abordagem intersetorial: saúde e justiça. Disponível em: <<http://litoralsaquarema.blogspot.com/>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

DUARTE, Paulina Vieira. **Vulnerabilidade e risco**. Disponível em: <<http://obid.senad.gov.Br/OBID/Portal/index.jsp?iIdpessoaJuridica=1>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

FERNANDES, Márcio Mothé. **Justiça terapêutica para usuários de drogas**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/Depen/publicacoes/marcio_mothe_02.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2007.

FOX, Carson; HUDDLESTON, West. **Drug courts in the U. S.** Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itdhr/0503/ijde/fox.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2007.

FREITAS, Carmen Có. **Tratamento não voluntário em países da região européia: princípios éticos, organização e resultados.** Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=87>>. Acesso em: 18 ago. 2007

FRIEDMAN, Milton. **The drug war as a socialist enterprise.** Disponível em: <www.druglibrary.org/special/friedman/socialist.htm>. Acesso em: 1º jul. 2007.

GOMES, Luiz Flávio. **Reforma penal: a nova lei de tóxicos no país e a situação dos usuários.** Disponível em: <<http://www.castelobranco.adv.br/artigo/07.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2003.

_____. **Tóxicos: descriminalização da posse de droga para consumo pessoal.** Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/imprime_noticia.php?idNoticia=30618>. Acesso em: 08 set. 2006b.

HORÁCIO, João Batista Ferrairo. **Da ilegalidade das prisões com base em bafômetros.** Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia_articuladas.aspx?cod=63804>. Acesso em: 02 jul. 2008.

HUDDLESTON, C. West. **Letter from the chief executive officer.** Disponível em: <<http://www.nadcp.org/about/>>. Acesso em: 05 jul. 2008.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF DRUG TREATMENT COURTS. Disponível em: <<http://www.nadcp.org/iadtc/>>. Acesso em: 8 ago. 2007.

INVENTORY OF EUROPEAN SOCIAL AND HEALTH POLICIES, MEASURES AND ACTIONS CONCERNING DRUG USERS IN PRISONS. Disponível em: <<http://www.emcdda.europa.eu/index.cfm?fuseaction=public.content&nnodeid=2721&sLanguage=EN>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

JUSTIÇA terapêutica: perguntas e respostas assinado pela direção da ANJT. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=85>>. Acesso em: 24 fev. 2005.

JUSTIÇA terapêutica: questionário. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.thp?id=99&n=85>>. Acesso em: 24 fev. 2005.

KELLY, J. F.; FINNEY, J. W.; MOOS, R. Substance use disorder patients who are mandated to treatment: characteristics, treatment process, and 1-and 5-year outcomes. **Journal of Substance Abuse Treatment**, v. 28, n. 3, p. 213-223, 2005. Disponível em: <<http://www.jointogether.org/news/research/summaries/2006/voluntary-forced-treatment.html>>. Acesso em: 14 ago. 2006.

KING, Rufus. **Hang up, America's fifty-year folly.** Disponível em: <<http://www.druglibrary.org/special/king/dhu/dhu16.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2007.

KUEHNE, Maurício. **Brasil atinge a marca de 419 mil presos.** Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/depen/>> Acesso em: 02.08.2007.

MAIEROVITCH, Walter Fanganiello. Disponível em: <http://www.pol.org.br/atualidades/materiais.cmF?id_área=460>. Acesso em: 09 jun. 2006a.

_____. **Entrevista.** Disponível em: <http://www.ar.unisul.br/cgi_bin/psa/unisul/noticia.epl?cd=80>. Acesso em: 09 jun. 2006b.

MAKKAI, Toni. **Drug Courts: Issues and Prospects** Australian Institute of Criminology Trends & Issues, 1998. Disponível em: <<http://www.aic.gov.au/publications/tandi/tandi95.html>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

MARCÃO, Renato Flávio. **A política nacional antidrogas.** Disponível em: <www.ibccrim.org.br>. Acesso em: 27 maio 2003.

MENINO viciado em drogas é acorrentado pelos pais no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://pe360graus.globo.com/noticias360/matLer.asp?newsId=92297>>. Acesso em: 05 jul. 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Acidentes:** consumo de álcool é a principal causa. Disponível em: <http://64.233.167.104/custom?q=cache:WLiN1wUGowQJ:portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/svs_em_rede_n26_marco07.pdf+tr%C3%A2nsito+e+bebida&hl=pt&ct=clnk&cd=6&client=google-coop-np>. Acesso em: 20 ago. 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Aids em números:** Aids no Brasil. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS13F4BF21PTBRIE.htm>>. Acesso em 16 jul. 2007.

NATIONAL ASSOCIATION OF DRUG COURT PROFESSIONALS. Disponível em: <<http://www.nadcp.org>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

NATIONAL CRIMINAL JUSTICE REFERENCE SERVICE U.S.S. Department of Justice. **Drug Court activity update:** summary information on all programs and detailed information on adult drug courts. 2001. Disponível em: <http://www.ncjrs.gov/spotlight/drug_courts/publications.html>. Acesso em: 02 jun. 2006.

NATIONAL survey on drug use & health: national results. Disponível em: <<http://www.oas.samhsa.gov/nsduh/2k5nsduh/2k5Results.htm#TOC>>. Acesso em: 2005.

NEW YORK COUNTY LAWYERS ASSOCIATION. Disponível em: <<http://www.druglibrary.org/schaffer/Library/studies/nycla/nycla.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS/SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, I. Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil 2001. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/OBID/Portal/Index.jsp?!IdPessoaJuridica=1>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Corrêa de Almeida. **A justiça terapêutica e os seus objetivos**. Disponível em: <www.ibccrim.org.br>. Acesso em: 27 jul. 2004b.

_____. _____. Disponível em: <www.ibccrim.org.br>. Acesso em: 02 jun. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. International Narcotics Control Board. 2007. Disponível em: <<http://www.incb.org/incb/annual-report-2007.html>> Acesso em: 03 jan. 2008.

PACHECO, Mariana Bussacos. **Justiça terapêutica aplicada aos crimes de porte de entorpecentes para uso próprio: a experiência do Distrito Federal**. Monografia (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/mariana2.doc>>. Acesso em: 2 jul. 2007.

REDE BRASILEIRA DA REDUÇÃO DE DANOS (REDUC). **A compreensão da Reduc sobre a chamada “Justiça Terapêutica”**: ou “tribunais especiais para dependentes químicos.” Disponível em: <http://www.jornalexpress.com.br/noticias/detalhes.php?id_jornal=2328&id_noticia=19>. Acesso em: 02 jun. 2006.

REGHELIN, Elisângela Melo. **A justiça terapêutica: novo modelo de defesa social?** Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

SABOL, William J.; MINTON, Todd D.; HARRISON, Paige M. **Prison and jail inmates at midyear**. 2006. Disponível em: <<http://www.ojp.usdoj.gov/bjs/pub/pdf/pjim06.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Justiça debate meios de prevenção às drogas**. Disponível em: <<http://www.justica.sp.gov.br/Noticia.asp?Noticia=75>>. Acesso em: 25 jun. 2007.

SARRIA-SANTAMERA, Antonio; CORTES-BLANCO, Manuel; ELDER, John. Analysis of the 1999-2000 fortuna brand cigarette advertising campaign. **Rev. Esp. Salud Publica**, Madrid, v. 75, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1135-57272001000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2007.

SILVA, Gilberto Lúcio da. **Justiça e terapêutica: uma aproximação possível**. Disponível em: <<http://www.gilbertolucio.hpg.ig.com.br/justaterapeutica.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

SILVA, Ricardo de Oliveira; FREITAS, Carmem Có. **Capacitações realizadas pela ANJT**. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=113>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

SILVA, Ricardo de Oliveira. **A denominação justiça terapêutica**. Disponível em: <<http://www.movimentorenascer.org.br/justica/justica4.htm>>. Acesso em: 12 set. 2002.

_____. **Justiça terapêutica:** um programa judicial de atenção ao infrator usuário e ao dependente químico. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=86>>. Acesso em: 2 jun. 2007a.

_____. **Usuários de drogas:** prender ou tratar? Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=137>>. Acesso em: 26 de jun. 2007b.

_____ et al. **Justiça terapêutica:** perguntas e respostas. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=85>>. Acesso em: 06 jul. 2007.

_____. **O enfrentamento legal do modelo de tratamento.** Disponível em: <<http://www.movimentorensce.org.br/justica/justica5.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

SISKO, Robert. **Interrupting drug dependency with ibogaine:** a summary of four case histories. Disponível em: <<http://ibogaine.org/medratec95.html>>. Acesso em: 31 mar. 2007.

SUBSTANCE ABUSE AND MENTAL HEALTH SERVICES ADMINISTRATION (SAMHSA). **National Survey on Drug Use & Health:** national results, 2005. Disponível em: <<http://www.oas.samhsa.gov/nsduh/2k5nsduh/2k5Results.htm#TOC>>. Acesso em: 02 abr. 2007.

SUPREMA CORTE DOS EUA. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2005/06/06/ult27u49322.jhtm>>. Acesso em: 06 jun. 2005.

TAVARES, Renata Barros; SILVA, Wladimir Wanderley da. **Perfil dos participantes:** trabalho desenvolvido com a vivência cotidiana. Disponível em: <<http://www.tjpe.gov.br/justerap/noticias/PERFILDOSPARTICIPANTES.doc>>. Acesso em: 09 jun. 2006.

UNAIDS 2004 report on the global aids epidemic. Disponível em: <http://www.unaids.org/bangkok2004/GAR2004_html/GAR2004_00_en.htm>. Acesso em: 16 jul. 2007.

UNITED NATIONS DRUG CONTROL OFFICE. **United Nations drug control and crime prevention mode drug court:** treatment and rehabilitation of offenders. Bill, 2000. Disponível em: <http://www.ncrj.gov/spotlight/drug_courts/legislation.html>. Acesso em: 2 jun. 2006.

UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **Adult drug courts,** 2005. Disponível em: <<http://www.gao.gov>>. Acesso em: 06 jun. 2006.

UNITED STATES JUSTICE DEPARTMENT. **Drug court activity update:** summary information on all programs and detailed information on adult drug courts, 2001. Disponível em: <http://www.ncjrs.gov/spotlight/drug_courts/publications.html>. Acesso em: 2 jun. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. **II Levantamento domiciliar sobre drogas psicotrópicas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unodc.org/pdf/brazil/>>. Acesso em: 08 abr. 2007.

VIANNA, Guaraci de Campos. **Corte de drogas, justiça legal e justiça social: gênese e conscientização**. Disponível em: <http://pjbrunomartins.vilabol.uol.com.br/artigos/cortes_de_drogas.htm>. Acesso em: 22 fev. 2005.

VICINI, James. **Justiça dos EUA dá vitória a Bush em caso de maconha medicinal**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2005/06/06/ult27u49322.jhtm>>. Acesso em: 6 jun. 2005.

VIOLENT CRIME CONTROL AND LAW ENFORCEMENT ACT. 1994. Disponível em: <<http://thomas.loc.gov/cgi-bin/query/z?c103:H.R.3355.ENR>>. Acesso em: 29 jul. 2007.

WORLD DRUG REPORT, 2007. Disponível em: <http://www.unodc.org/pdf/research/wdr07/WDR_2007_executive_summary_s.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2007.

ANEXOS

ANEXO 1

Projeto de criação de Juizado Especial para processar e julgar infrações de menor potencial ofensivo praticadas por usuários e dependentes de substâncias químicas elaborado pelo Desembargador Nildo Nery dos Santos no ano de 2003.

EMENTA. Altera a Organização Judiciária do Estado de Pernambuco, dispondo sobre a criação na comarca da capital do Juizado Especial para processar e julgar as infrações de menor potencial ofensivo praticadas por usuários e dependentes de substâncias químicas.

art. 1º. Fica criado na comarca da capital o JUIZADO ESPECIAL dos feitos relativos a entorpecentes que terá competência para processar, aplicar as medidas profiláticas e julgar as infrações de menor potencial ofensivo praticadas por usuários ou dependentes, sob a influência ou para obtenção de substâncias psicoativas vinculadas ao alcoolismo ou drogadição nas hipóteses em que a pena mínima cominada for igual ou inferior a 2 (dois) anos, e, em especial:

- a)** Os previstos no art. 16 da Lei nº 6.368 de 21.10.1976: uso de substância entorpecente;
- b)** Crimes contra a pessoa: Lesões corporais, notadamente envolvendo relações domésticas e/ou familiares e de vizinhança, perigo para vida ou saúde de outrem, e maus tratos;
- c)** Contravenções penais (Decreto nº 3.688/41): via de fato, provocação de tumulto, perturbação do trabalho ou sossego alheios, importunação ofensiva ao pudor, embriaguez e perturbação da tranquilidade;
- d)** Crimes da Lei nº 9.437/97: porte ilegal de arma de fogo e disparo de arma de fogo em local habitado;
- e)** Crimes da Lei nº 9.503/97: homicídio culposo, lesão corporal culposa, condução de veículo sob a influência de álcool ou de efeitos análogos e participação de corrida ou competição na via pública.

art. 2º. Compete ainda ao Juizado Especial criado por esta lei:

- I-** Promover o controle e acompanhamento das medidas aplicadas e o tratamento adequado ao denunciado ou ao apenado durante o prazo de suspensão do processo ou da transação;
- II-** Cadastrar e credenciar entidades públicas e privadas inclusive o serviço voluntário ou com eles conveniar sobre programas comunitários e de saúde com vista à aplicação de medidas profiláticas e de tratamento.

art. 3º. O Juizado Especial criado por esta Lei terá por jurisdição a comarca da capital e, excepcionalmente, as comarcas de Olinda e Jaboatão dos Guararapes, desde que em razão

da gravidade ou necessidade do caso, o juiz competente solicite justificadamente e o Conselho da Magistratura autorize o deslocamento do processo ou TCO.

art. 4º. O Juizado Especial criado por esta Lei disporá na estrutura de pessoal de Juiz de Direito, Promotor de Justiça, advogado de ofício e defensor público e funcionários administrativos do quadro permanente designados pelas instituições que nele prestem serviços.

art. 5º. O Juizado Especial criado por esta Lei disporá ainda de um quadro de conciliadores recrutados entre acadêmicos de direito voluntários que prestarão seus serviços a título de estágio curricular pelo período de um ano, dado à relevância pública da função.

art. 6º. O Juizado Especial criado por esta Lei disporá de um CENTRO DE APOIO PSICO-SOCIAL, composto por profissionais médicos com especialização em psiquiatria, psicólogos e assistentes sociais que serão recrutados dentre voluntários conveniados ou indicados por entidades de reconhecida idoneidade, em razão da relevância social do serviço de natureza pública a ser prestados.

ANEXO 2

A Portaria 336/GM de 19 de fevereiro de 2002 define normas e diretrizes para a organização de serviços que prestam assistência em saúde mental, através dos CAPS – Centros de Atenção Psicossocial, incluindo neste os CAPS-AD, que são Centros de Atenção Psicossocial para atendimento de pacientes com problemas no uso de álcool e outras drogas.

A Portaria SAS/189 de 20 de março de 2002 (MS, 2002) regulamenta a Portaria GM/336, criando no SUS – Sistema Único de Saúde, os serviços de Atendimento Psicossocial de saúde mental para pacientes com transtornos decorrentes do uso prejudicial e/ou dependência de álcool e outras drogas.

Ainda em 2002, através da Portaria GM/816 de 30 de abril foi lançado o Programa Nacional de Atenção Comunitária Integrada aos Usuários de Álcool e outras Drogas, constituindo assim uma política pública específica para a atenção às pessoas que fazem uso do álcool ou outras drogas, situada no campo da saúde mental, tendo como estratégia a ampliação do tratamento, a compreensão integral e dinâmica do problema, a promoção dos direitos e a abordagem de redução de danos.

A Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (MS, 2003), lançada em março de 2003, expressa que a expansão da rede especializada de cuidados em saúde mental/ álcool e drogas segue alguns critérios objetivos como: população do município ou micro-região a ser atendida; ausência de recursos assistenciais, configurando baixo acesso ao atendimento; maior risco / vulnerabilidade, em função de indicadores epidemiológicos e sociais; existência de hospital psiquiátrico, e conseqüente programa de desinstitucionalização, com residências terapêuticas e outros dispositivos para a reintegração social de longa permanência hospitalar.

Os CAPS-AD são dispositivos estratégicos articulados à rede de atenção psicossocial do Sistema Único de Saúde – SUS.

Os CAPS-AD são equipamentos previstos para cidades com mais de 200.000 habitantes ou cidades que, por sua localização geográfica (municípios de fronteira, ou parte da rota de tráfico de drogas, ou cenários epidemiológicos importantes), sobretudo em grandes regiões metropolitanas, que necessitem desses serviços para dar resposta efetiva às demandas de saúde mental. Funcionam durante os dias úteis da semana, e tem capacidade para realizar o acompanhamento de cerca de 240 pessoas por mês.

A equipe técnica mínima para cada um CAPS-AD, é de no mínimo 13 profissionais de nível médio e superior. Compõem a equipe técnica profissionais: médico psiquiatra, psicólogos, assistentes sociais, terapeutas ocupacionais, redutores de danos, enfermeiros e técnicos administrativos.

De acordo com a Política do Ministério da Saúde para Atenção Integral a Usuários de Álcool e outras Drogas (MS, 2003), os CAPS-AD têm como objetivo oferecer atendimento à população, respeitando uma área de abrangência definida, oferecendo atividades terapêuticas e preventivas à comunidade, visando a:

[...] prestar atendimento diário aos usuários dos serviços, dentro da lógica de redução de danos; gerenciar os casos, oferecendo cuidados personalizados; oferecer atendimento nas modalidades intensiva, semi-intensiva e não-intensiva, garantindo que os usuários de álcool e outras drogas recebam atenção e acolhimento; oferecer condições para o repouso e desintoxicação ambulatorial de usuários que necessitem de tais cuidados; oferecer cuidados aos familiares dos usuários dos serviços; promover, mediante diversas ações (que envolvam trabalho, cultura, lazer, esclarecimento e educação da população), a reinserção social dos usuários, utilizando tanto recursos intersetoriais, ou seja, de setores como educação, esporte, cultura e lazer, montando estratégias conjuntas para o enfrentamento dos problemas; trabalhar junto a usuários e familiares, os fatores de proteção para o uso e dependência de substâncias psicoativas, buscando ao mesmo tempo minimizar a influência dos fatores de risco para tal consumo; trabalhar a diminuição do estigma e preconceito relativos ao uso de substâncias psicoativas, mediante atividades de cunho preventivo/educativo. (MS, 2003, p. 36-37).

Conta ainda com uma rede proposta que se baseia em serviços comunitários, apoiados por leitos psiquiátricos em hospital geral e outras práticas de atenção comunitária (ex.: internação domiciliar, participação comunitária na discussão dos serviços), de acordo com as necessidades da população-alvo dos trabalhos.

A perspectiva de redução de danos, na qual trabalha o CAPS-AD, contempla um conjunto de medidas de saúde, que buscam minimizar as conseqüências do uso e

dependência de substâncias psicoativas, bem como diminuir o risco de infecção por hepatite e HIV. Tal lógica de tratamento permite que sejam elaborados projetos terapêuticos mais flexíveis e de menor exigência, conseqüentemente adequados às necessidades de cada usuário.

RESUMO

LIMA, Flávio Augusto Fontes de. **Justiça terapêutica**: em busca de um novo paradigma. 2009. 261 f. Tese (Doutorado em Direito) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

O estudo da Justiça Terapêutica visa a compreender melhor esse novel instituto, com uma nomenclatura tão polissêmica e com pouquíssimas fontes de estudo disponíveis. Em 1999, um grupo gaúcho concebeu um modelo nos quais maiores penais usuários de substâncias que praticassem delitos, deveriam ser tratados por imposição judicial, conforme é previsto na ECA para adolescentes que praticam atos infracionais. Esse movimento foi denominado “Justiça Terapêutica” e, apesar de recente, tem sido alvo de calorosos elogios e severas críticas, mormente de pessoas das áreas da justiça e saúde. Percebemos que há no Brasil uma grande desinformação a respeito dos postulados da Justiça Terapêutica, poucas estatísticas e uma falta de rigor metodológico por parte dos próprios defensores desse movimento. Esse trabalho visa a investigar esse movimento, inserindo-o na história legislativa brasileira referente a drogas, cotejando-o com o novel fenômeno das *Drug Courts* dos EUA. No corpo do trabalho reunimos alguns dos impressionantes dados do consumo e economia das drogas. Em seguida, socorremo-nos de escritos da área de saúde para tentarmos identificar, do ponto de vista técnico, os diferentes níveis do uso de drogas. Procuramos investigar o proibicionismo mundial das drogas irradiado a partir da política interna dos EUA. Como política de flexibilização do proibicionismo, analisamos a política das estratégias de redução de danos. Em seguida passamos a enfocar as *Drug Courts* dos EUA, tidas por muitos como a fonte inspiradora da Justiça Terapêutica brasileira. É feita uma narrativa histórica das principais normas ligadas a drogas, justiça e tratamento no Brasil. O movimento da Justiça Terapêutica foi investigado exaustivamente, foram apresentadas estatísticas e apreciações críticas por especialistas das áreas de saúde e direito. Analisou-se a compatibilidade ou não compatibilidade da Justiça Terapêutica com os princípios da autonomia, bioéticos da autonomia e beneficência, da legalidade, da dignidade da pessoa humana, do direito à intimidade, bem como se o direito tem legitimidade de intervir na esfera do indivíduo com uso disfuncional de drogas. Visamos, outrossim, a investigar, através de pesquisa de campo nos CAPS-AD de Recife (PE), se há alguma diferença significativa no tratamento do usuário disfuncional de drogas encaminhado pela justiça em relação aos que buscam voluntariamente e os encaminhados pelos integrantes de outras áreas como da saúde.

Palavras-chave: Direito Penal. Uso, Abuso e Dependência. Redução de Danos. Justiça Terapêutica. Drogas. Substâncias Psicotrópicas.

RÉSUMÉ

LIMA, Flávio Augusto Fontes de. *Thérapeutique justice: a la recherche d'un nouveau paradigme*. 2009. 261 f. Tese (Docteur en droit) – Faculdade de Direito, Universidade de São Paulo, São Paulo.

L'étude menée par la justice thérapeutique vise à mieux comprendre ce nouvel institut, dont la terminologie est fort polysémique, ayant très peu de sources d'études disponibles. En 1999, un groupe de Rio Grande do Sul, au Brésil, a élaboré un modèle selon lequel les majeurs pénaux utilisateurs de drogues devraient, en cas d'infraction pénale, se soumettre à des traitements imposés par la Justice, conformément aux dispositions du ECA [Estatuto da criança e do adolescente (Statut des enfants et des adolescents)], destinés aux jeunes qui se livrent à des actes illégaux. Ce mouvement a été appelé "Justice Thérapeutique" et, bien que récent, il a reçu de chaleureux éloges et fait l'objet de vives critiques, en particulier de la part des personnes de justice et de la santé. Nous avons remarqué qu'au Brésil il ya une grande désinformation sur les postulats de la justice thérapeutique, un petit nombre de statistiques et un manque de rigueur méthodologique de la part des défenseurs eux-mêmes de ce mouvement. Le présent travail prétend enquêter sur ce mouvement, en l'insérant dans l'histoire législative brésilienne, en ce qui concerne les drogues, tout en faisant un parallèle avec le nouveau phénomène des *Drug Courts* des États-Unis. Dans le corps de ce travail, nous avons recueilli quelques-unes des données impressionnantes sur la consommation et l'économie des drogues. Ensuite, à l'aide de quelques écrits dans le domaine de la santé, nous avons essayé d'identifier les différents niveaux de l'usage de drogues, considérés du point de vue technique. Nous avons aussi essayé d'enquêter sur l'interdiction globale des drogues, lancée par la politique intérieure des États-Unis. Nous avons également analysé la politique des stratégies visant à réduire les méfaits, comme une ressource d'assouplissement de l'interdiction. Puis nous avons commencé à mettre l'accent sur les *Drug Courts* des États-Unis, conçues par beaucoup comme la source d'inspiration de la justice thérapeutique brésilienne. Nous avons fait un récit historique des principales normes relatives à la drogue, à la justice et au traitement de la dépendance aux stupéfiants au Brésil. Le mouvement de la justice thérapeutique a été l'objet d'enquêtes approfondies. Des statistiques et évaluations critiques ont été présentées par des spécialistes dans les domaines de la santé et du droit. De la même façon, nous avons analysé la compatibilité ou non-compatibilité de la justice thérapeutique avec les principes d'indépendance, d'autonomie et bienfaisance de la bioéthique, de la légalité, de la dignité humaine, du droit à l'intimité, et encore si la loi est en droit d'intervenir dans le domaine de l'individu qui consomme de la drogue de façon dysfonctionnelle. Enfin, nous nous sommes proposé d'examiner, au moyen d'une recherche sur le terrain menée dans les CAPS-AD de Recife (PE), s'il y a une différence significative entre le traitement des consommateurs de drogues dysfonctionnels guidés par la justice et le traitement des usagers qui demandent volontiers de l'aide et ceux qui sont guidés par des membres d'autres domaines tels que la santé.

Mots-clés: Droit pénal. Usage, abus et toxicomanie. Réduction des méfaits. Justice thérapeutique. Drogues. Substances psychotropes.

INTRODUÇÃO

O uso de substância psicoativa pelo ser humano é detectado desde seus primórdios.

A antropologia e a história, especialmente, mostram como as mais diferentes culturas desenvolveram espaços próprios para o consumo de variadas espécies.

Essas substâncias eram utilizadas em cultos religiosos¹, rituais místicos, manifestações artísticas, criativas, na terapêutica e por motivos sociais².

O ser humano busca estimulações constantemente, ora visando a uma excitação, ora à quietude, às vezes se expandindo, outras se recolhendo. Ademais sonha, entra em êxtase, foge da realidade, medita, devaneia, fantasia, delira, idealiza, transcende. As substâncias psicoativas eram, são e sempre será um dos combustíveis empregados nessas viagens cerebrais³.

Há um sem número de maneiras de se enfocar a questão, pois é um tema universal, histórico, de uma enorme abrangência.

A discussão envolve saberes e áreas fundamentais e distintas, dentre outros, soberania, saúde, justiça, autonomia e direito à intimidade, ideologia, educação, política criminal, economia, história, finanças, diplomacia, moral, religião, política, violência.

A produção, uso e comércio das drogas se alastraram sobremaneira nas últimas décadas, atingindo todas as camadas sociais.

¹ Um exemplo brasileiro é a utilização por algumas seitas religiosas como o Santo Daime fundado por Raimundo Irineu Serra no Acre na década de 1920, em seus rituais do chá ayahuasca, bebida de ação alucinógena. Sobre o tema, veja-se: DIAS JR. (1992), MACRAE (1992) e SILVA (1983).

² REGHELIN (2002, p. 49). No sentido de que a droga sempre representou a busca do prazer, cf. SILVEIRA FILHO; MOREIRA (2006, p. 3). Para história das drogas, vide: CARNEIRO (1994) e ESCOHOTADO (1996).

³ Para Domingos Sá (1994, p.156-157), o próprio homem é psicoativo por sua própria natureza.

Sendo assim, não há fórmulas definitivas nesse assunto tão controverso e dinâmico, que pode e deve ser estudado, sob os mais variados ângulos e representa uma fonte inesgotável de apreciação. Sendo a matéria das drogas um fenômeno de enfoque transdisciplinar⁴, o direito aliado a outras ciências, deve exercer um relevante papel.

Nesse campo, as pesquisas são sempre parciais e provisórias (CARVALHO, 2006, p. 6), face à constante dinâmica e aos interesses diversos que envolvem.

É, portanto, inevitável o enfoque além do direito, cuja maioria das análises fica circunspectas à interpretação acrítica das legislações, conceituações e categorizações das drogas, carecendo-se de uma fundamentação mais aprofundada, sem a busca devida às demais ciências (CARVALHO, 1997, p. 11).

Não há dúvidas que determinadas substâncias modificam o metabolismo orgânico produzindo alterações comportamentais, que podem causar danos não só ao indivíduo, mas também à própria sociedade, fazendo com que caiba algum tipo de intervenção estatal.

O papel relevante das substâncias psicotrópicas na humanidade foi ressaltado, inclusive, por Sigmund Freud (1955, p. 11-90):

A tal ponto se valorizam os serviços por Estados pelas drogas na luta pela felicidade e para evitar o sofrimento, que tanto os indivíduos como os povos reservaram para elas uma posição inabalável na economia da libido. Não é somente o ganho imediato de prazer que devemos a elas, mas também um certo grau de independência em relação ao meio ambiente, que nos é tão caro [...] Também sabemos que é justamente esta qualidade das drogas que constitui seu maior perigo e nocividade.

Já se escrevia no Brasil em 1939, que determinadas substâncias, como álcool, ópio, haxixe, morfina, cocaína provocavam efeitos enganadores nos espíritos incautos e deletéria influencia nas coletividades, causando

⁴ Salo de Carvalho (2006, p. 1) ressalta que na questão das drogas “os mais diversos estudos podem ser visualizados: de investigações realizadas na esfera sanitária pela medicina, psiquiatria e farmacologia, às pesquisas na área das humanidades, como antropologia, sociologia, história, psicanálise e psicológica... as investigações realizadas no direito penal e processual penal das drogas são profundamente limitadas às avaliações exegéticas das Leis em vigor”.

[...] titânicas devastações, invadindo lares e inquinando vidas. A estes empolgantes agentes, causadores da ruína física e moral da humanidade, cabe a denominação genérica de ‘venenos sociais’[...] constituem os maiores inimigos da humanidade (LOPES, 1939, p. 1).

A questão é tão complexa que as dificuldades já se iniciam pelos conceitos e enfoques associados⁵. Gilberto Velho (1980, p. 355-358), frisou que:

A própria noção de tóxico e o conceito de drogas são altamente problemáticos [...]. A contribuição da antropologia para a compreensão desta problemática consiste em mostrar como existem n maneiras de utilizar as substâncias, em função de variáveis culturais e sociológicas. Estas não só se somam, como complexificam as distinções, que possam ser registradas ao nível da análise bioquímica.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) já tinha considerado impróprios e não científicos termos como “entorpecentes”⁶, “toxicomania”, “hábito”, adição dando preferência pelas expressões “dependência” e “drogas que determinam dependência”⁷ (GRECO FILHO, 2006, p. 2).

A vigente Lei brasileira utiliza o termo “droga”, todavia, há quem entenda mais apropriado o termo “substância”, por se entender que droga implica em uma substância química manufaturada, enquanto algumas substâncias referentes a padrões de abuso ocorrem naturalmente como o ópio ou não são para consumo humano como a cola de aviões (KAPLAN; SADOCK; GREBB, p. 369).

Sob a ótica do uso, a discussão sobre as drogas está dividida em duas grandes tendências mundiais, o movimento antiproibicionista e o de proibição global das drogas (proibicionista), sendo esse último o que prevalece em todas as nações e sistemas políticos do

⁵ A Lei brasileira 6368/1976 mencionava “substância entorpecente”; a vigente Lei 11343/2006 substituiu a expressão por “droga”; A CID-10 e o DSM-III-R utilizam “substância psicoativa”; o vigente DSM –IV prefere “substância”. Utilizaremos neste trabalho as expressões: droga, substância psicoativa e substância. Preservamos os termos: estupefaciente, tóxico e entorpecentes, quando utilizados por algum autor ou por alguma lei como a lusitana, que denomina substancia psicoativa como estupefaciente e a própria Constituição brasileira que se refere a entorpecente.

⁶ Edevaldo Silva (1973) já criticava o uso do vocábulo “entorpecente” como sinônimo de substância psicotrópica, que possui uma gama muito mais ampla.

⁷ Já em 1964, a Organização Mundial de Saúde recomendou a substituição do termo “adição” por “dependência de droga” (KAPLAN; SADOCK; GREBB, 1997, p. 371).

mundo de forma mais moderada ou mais radical. É inegável a forte influência da política anti-drogas dos EUA.

Há um senso comum que é a crescente difusão das drogas mundialmente. Tem-se questionado, se a abordagem criminalizante tem correspondido às suas metas, daí começam a surgir expoentes, como Hassemer (1993, p. 98), que defendem a ampla descriminalização inclusive do tráfico de drogas, vaticinando que o mercado de drogas ilícitas seria esvaziado, através das leis de mercado. Para ele, os usuários deveriam ser objetos de políticas sanitárias e de saúde pública.

Ulysses Gonçalves Júnior (2005, p. 166) opinando sobre questões ideológicas relacionadas ao tema, conclui que: “as correntes políticas ditas de esquerda sempre parecem buscar a descriminalização, e, antagonicamente, a direita intenta o contrário, ou seja, endurecer o tratamento”.

Apesar de fascinante, o debate sobre a legalização ou não de determinadas substâncias psicoativas não será objeto de nossa tese. Sobre o tema entendemos que, se por um lado as medidas intervencionistas radicais mostram-se inadequadas e inócuas no enfrentamento da questão (GRADASCHI, 2003, p. 31), a liberação dos tóxicos pode representar a outra face da mesma moeda, representando uma verdadeira incógnita. Outrossim, nosso trabalho não versará sobre o instituto das medidas de segurança⁸.

Tampouco pretendemos discutir com profundidade questões moralistas referentes ao tema, e sim as implicações penais e de saúde, decorrentes do comportamento de risco do usuário abusivo ou dependente, que tem contato com a área penal e o que fazer, a partir disso.

Quase todas as nações do mundo aderiram às convenções da ONU que tratam do tema. Para se ter uma idéia, até novembro de 2006, apenas nove países⁹ não tinham ratificado a Convenção Única de Entorpecentes de 1961, logo 184 nações ratificaram a mencionada

⁸ Para um relato das medidas de segurança cf. Rui Carlos Machado Alvim (1997) e Garcia Valdés (1986).

⁹ São eles: Na África (Guiné Equatorial); na Ásia (República Popular Democrática da Coreia e Timor Leste); na Europa (Andorra) e na Oceania (Kiribati, Nauru, Samoa, Tuvalu e Vanuatu).

Convenção de acentuado cunho proibicionista, que recomenda a criminalização da produção, comercialização e posse para uso próprio de drogas consideradas ilícitas (INCB, 2007)¹⁰.

Com a criminalização mundial, a justiça criminal tornou-se um dos principais atores e não se pode, simplesmente, fazer de conta que não existe um enorme número de usuários abusivos e dependentes que se envolvem em delitos de alguma forma relacionados às substâncias psicoativas, muitos deles encarcerados.

A realidade fática atual é que todas as nações são proibicionistas e nos propomos a verificar os impactos para o usuário abusivo ou dependente, quando ingressa na esfera criminal, para a sociedade e principalmente a legitimidade ou não da justiça criminal, especialmente a brasileira, de interferir em seu estado de saúde.

Pessoas, notadamente jovens, matam, morrem, tornam-se inválidas, corrompem, são corrompidas, adoecem e as autoridades não conseguem dar uma resposta satisfatória à sociedade.

Carlos Oliveira (2004a, p. 13) aponta que as questões que envolvem os delitos referentes às drogas ilícitas e o controle das lícitas, como o álcool, são tão vitais que “acabam por superar as discussões acadêmicas e morais, passando a ter importância prática, e, principalmente, de controle social, motivos pelos quais passam a ter interesse jurídico-penal”.

Independentemente de qualquer consideração de ordem de política criminal, o fato é que em todo o Brasil, unidades judiciais criminais; quer ligadas à infância e juventude; quer voltadas para maiores penalmente, têm lidado a todo momento, com um número crescente de pessoas dependentes ou usuários abusivos de drogas envolvidos em diversos delitos.

No Brasil, é cada vez maior o índice de consumo precoce de drogas, mormente bebidas alcoólicas, sem que nem as famílias, a sociedade ou as autoridades constituídas consigam um

¹⁰ Dados do International Narcotics Control Board (INCB).

razoável controle¹¹ (RODRIGUES, 2007, C 8).

Há casos dramáticos envolvendo adolescentes e até crianças tão dependentes de drogas, que chegam a ser acorrentados pelos próprios pais para não consumirem e que já são jurados de morte por dívidas das drogas¹².

O sistema penal brasileiro, com exceção, da aplicação da Medida de Segurança, vem apenando indiscriminadamente dependentes de drogas e usuários abusivos que cometem delitos relacionados ou não ao consumo de drogas, que freqüentemente vão provocar mais danos à sociedade, uma vez que necessitam de uma intervenção terapêutica, muitas vezes praticando delitos para alimentação do consumo ou sob efeito de drogas.

A criminalidade pertinente ao uso de drogas é multifacetada. Dentre outros, há delitos induzidos pelo consumo ou de criminalidade derivada; existem os relacionados às drogas de forma funcional, como os contra o patrimônio para aquisição, e uma delinquência associada, quando o acusado consumiu qualquer tipo de substância (SILVEIRA, 2005, p. 47).

¹¹ Só como exemplo, citamos pequeno levantamento envolvendo uma amostra com 123 estudantes entre 12 e 36 anos realizadas em maio de 2007, no município do agreste pernambucano de Santa Cruz do Capibaribe distante 183 km da capital e com uma população de 72.027 habitantes em julho de 2005, segundo o IBGE, o qual constatou que 70,7% dos estudantes tinham no máximo 15 anos quando tiveram o primeiro contato com bebida alcoólica e 60% disseram que experimentaram pela primeira vez em casa ou em festas da família.

¹² Mencionamos um caso envolvendo adolescente e outro, uma criança, relatados pela imprensa na internet em 07 jun. 2007 e em 05 jul. 2007. A empregada doméstica Marilene Costa, mãe de um adolescente de 17 anos dependente de drogas, acorrentou-o por 2 meses em sua casa no município de Feira de Santana (BA), temendo por sua vida já que ele devia R\$ 100,00 para os traficantes que rondavam a sua casa e o ameaçavam, mas mesmo assim ele se libertou várias vezes e vendeu até os bens da família para comprar drogas. O caso foi para a Vara da Infância e Juventude que determinou que o menor fosse internado em clínica para tratamento, ressaltando o juiz que a mãe estava em total situação de desespero. “Adolescente viciado em drogas é acorrentado na Bahia”. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2007/07/05/ult4469u6602.jhtm>>. Acesso em: 04 jul. 2007. Mais chocante ainda foi a história de um menino com 11 anos de idade, que foi acorrentado pela segunda vez pelos pais em Porto Alegre, no intuito de tentarem evitar sua fuga para comprar crack, por ser “viciada” nessa droga. Segundo o conselheiro tutelar João Soares era a terceira vez que encontrava a criança acorrentada ou amarrada e afirmou que o menino tinha que ficar em uma clínica fechada para não fugir. O garoto já tinha sido internado em clínicas de tratamento de dependentes químicos por três vezes e na última vez, permaneceu 3 dias, mas fugiu. “Menino viciado em drogas é acorrentado pelos pais no Rio Grande do Sul”. Disponível em: <<http://pe360graus.globo.com/noticias360/matLer.asp?newsId=92297>> Acesso em: 05 jul. 2007.

Como a justiça criminal deve se posicionar é um problema real. Há um campo de interseção entre justiça e saúde que necessita ser cada vez mais discutido e aperfeiçoado, visando-se a uma melhor compreensão humana dos destinatários da lei.

No final de 1989, surgiu nos EUA em Miami, uma unidade judicial chamada Drug Court, que se propôs a enfrentar as causas dos problemas relacionados a determinados infratores que cometem delitos, onde o componente droga lícita ou não esteja de alguma forma presente, através de um conjunto de procedimentos, alguns bastante polêmicos.

No Brasil, a partir de 1999, um grupo de operadores do direito e técnicos na área de saúde, inicialmente do Rio Grande do Sul, começou a defender a possibilidade de imposição judicial criminal de tratamento, nominando o movimento de Justiça Terapêutica.

Ricardo Silva (2007a)¹³ assim se expressou quanto ao significado de Justiça Terapêutica:

No Brasil a proposta onde a legislação seja cumprida harmonicamente com medidas sociais, com tratamento às pessoas que praticam crimes onde o componente drogas, no sentido amplo esteja presente de alguma maneira, pode ser chamada de Justiça Terapêutica [...]. A Justiça Terapêutica pode ser compreendida como um conjunto de medidas que visam aumentar a possibilidade de que infratores usuários e dependentes de drogas entrem e permaneçam em tratamento, modificando seus anteriores comportamentos delituosos para comportamentos socialmente adequados.

Essa iniciativa tem suscitado um intenso e acalorado debate entre os especialistas no assunto.

Um aspecto da discussão é o fato de muitos associarem Justiça Terapêutica à política norte-americana das Drug Courts.

Cabe-nos vários questionamentos, como por exemplo, o que realmente significa Justiça Terapêutica? Se é uma tentativa de cópia das Drug Courts dos EUA? Se é algo inaplicável no

¹³ Ricardo de Oliveira Silva é Procurador de Justiça do Rio Grande do Sul, fundador e presidente da Associação Nacional de Justiça Terapêutica (ANJT).

Brasil? Ou uma noção que já vem sendo utilizada há décadas em nosso país? Seria uma espécie de sanção? Uma pena ou medida alternativa à prisão? Ou um benefício ou serviço da justiça criminal? O sistema judicial passaria a ser considerado um ambiente de tratamento?

Essas e outras indagações carecem de respostas satisfatórias, porque assertivas simplistas e meramente reprodutivas devem ser rejeitadas no campo científico, mutável e inabsoluto por sua própria natureza.

Uma das maiores dificuldades na abordagem do movimento da Justiça Terapêutica, é que há enorme carência de produção científica, notadamente bibliográfica e pesquisas. Esse fator nos desafiou, sobremaneira, a adentrarmos no tema.

Na busca do enfrentamento das questões foram realizados levantamentos bibliográficos amplos em diversas áreas do saber, acessados dados estatísticos diversos, pesquisa legislativa, além de ampla pesquisa de campo. Para melhor compreensão das Drug Courts, em março de 2004, viajamos por cinco Estados norte-americanos, a convite do governo dos EUA. Para uma visão mais interdisciplinar da implicação das drogas na área de saúde, no segundo semestre de 2006, cursamos a disciplina de Dependência de Álcool e outras Drogas do departamento de psiquiatria da Faculdade Paulista de Medicina.

Expomos alguns números referentes ao consumo e à economia mundial das drogas no capítulo 1.

No capítulo segundo abordamos alguns aspectos médicos e legais, concernentes à imprescindível diferenciação entre os níveis de utilização das drogas pelos indivíduos.

Em seguida, no capítulo 3, busca-se a explicação do proibicionismo mundial das drogas no século XX, irradiado a partir da política interna dos EUA sobre o tema.

Um marco no proibicionismo mundial foi a expansão do vírus HIV, a partir da década de 1980 e a necessidade de adoção de estratégias de enfrentamento da questão conhecidas por

redução de danos, que foram ampliadas e têm difícil convivência dentro da proibição mundial, o que será descrito no capítulo 4.

No capítulo 5, aprofundaremos o estudo das Drug Courts, que apesar de pouco estudadas no Brasil, vêm sendo consideradas a maior revolução na justiça criminal dos EUA e a fonte da Justiça Terapêutica no Brasil. Um fenômeno de mudanças sociais, sob a iniciativa e comando do judiciário, que se difere da tradicional concepção científica de movimentos sociais, caracterizada pela influência no meio político por parte de um comportamento social coletivo em busca de mudança e que prega a troca da prisão pelo tratamento (BEAN, 1996, p. 718-721).

Em seguida ter-se-á uma noção da experiência de Portugal, um dos únicos países do mundo que por lei descriminalizou ações referentes ao porte para uso próprio.

No capítulo 6, faz-se uma narrativa histórico-legal, a partir da descoberta do Brasil até nossos dias, a respeito dos enfoques dados pelas leis às drogas, passando-se pelas normas determinantes de tratamentos e a vigente política nacional de drogas, preparando-nos para a apreciação da Justiça Terapêutica.

Ainda nesse capítulo, o movimento de Justiça Terapêutica será estudado em seus mais diversos enfoques, visando-se a sua compreensão, conceito e delimitação da sua natureza, sem olvidarmos rápido cotejo entre a prisão e os substitutivos penais, algumas experiências brasileiras, além de aspectos polêmicos como tratamento compulsório e exigência de abstinência.

Para possibilitar uma mais visão crítica foram colecionados no capítulo 7, argumentos favoráveis e contrários a postulados da Justiça Terapêutica, tanto de especialistas da área de saúde, como de direito.

Após, analisamos a compatibilidade das idéias da Justiça Terapêutica, com os princípios da legalidade, direito à intimidade, dignidade da pessoa humana, da autonomia

individual e o princípio da autonomia da bioética. Visamos a verificar, outrossim, se o direito tem legitimidade para intervir na liberdade individual da pessoa. Para então apresentarmos nossas propostas.

Através de carta de anuência da Secretaria de Saúde do Município de Recife (PE), desenvolvemos pesquisa junto a todos os sete CAPS-AD¹⁴ de Recife (PE) (Centros de Atendimento Psico-Social de Álcool e Drogas), envolvendo todos os infratores maiores criminalmente enviados pelas varas, juizados especiais criminais, polícia civil e militar da cidade de Recife (PE), para avaliação e tratamento nos CAPS-AD, nos anos de 2005 e 2006, visando a avaliar a eficácia do tratamento pelos enviados pela justiça em cotejo com os que procuraram tratamento voluntariamente e outro grupo encaminhado pelo setor de saúde, uma vez que há uma ampla concepção que o tratamento referente a drogas só é eficaz, se for buscado voluntariamente.

¹⁴ CAPS-AD (Centro de Atendimento Psico-Social de Álcool e Drogas).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O uso de drogas é algo que decorre da interação de fatores biopsicossocioculturais assaz complexos e abstrusos.

O ser humano, valendo-se de produtos naturais ou sintéticos, sempre buscou e continuará buscando modificar sua visão de mundo e alterando seu campo de percepção, o seu Estado físico e/ou psíquico.

A autonomia individual frente ao poder absoluto do Estado foi uma conquista da civilização, após o feudalismo. A partir das revoluções industriais e das novas demandas sociais, o Estado passou a proteger progressivamente a autonomia coletiva, a maioria da sociedade.

Mesmo com a consagração dos direitos fundamentais e da liberdade individual, há um limite que é o respeito à liberdade das demais pessoas.

Assim, na sociedade vigente pós-moderna em que vivemos, o direito penal tem legitimidade para intervir, sempre que o exercício da autonomia individual provoque danos ilegítimos a outrem.

É posição majoritária na doutrina e jurisprudência que o direito à intimidade não é ilimitado, podendo ser flexibilizado em prol do interesse coletivo legítimo.

O fato de a justiça criminal dispor da possibilidade de oferecer tratamento adequado a um indivíduo dependente ou usuários abusivos, cujo comprometimento foi tão grande que de alguma forma o envolveu em um delito, de maneira alguma, fere o princípio da dignidade humana. Pelo contrário, pode ser uma ferramenta na restauração de sua integridade e lhe trazer uma reinserção junto ao seu meio e à sociedade como um todo.

Não há dúvidas que a melhor estrada para se trilhar na questão das drogas passa pela prevenção, educação e a adesão cada vez maior de mais atores sensibilizados com o delicado tema, uma vez que entendemos que o direito penal deve ser a última ratio nesse campo, e quando atue deve prestar muito mais um serviço que a simples imposição de uma sanção tradicional.

Entendemos que num estado democrático de direito, deve-se discutir com isenção de ânimos os modelos utilizados no mundo relativos às drogas, assimilarmos o que eles têm de melhor, e propor-se alternativas viáveis, uma vez que o destinatário de todos eles é o ser humano.

Muitos enfoques jurídicos sobre drogas lícitas e ilícitas tornam-se meras figuras retóricas e ideológicas, por não se valerem dos achados e pesquisas das ciências, nem da interdisciplinaridade, por isso nos propusemos a debater um tema tão complexo, pois há um vácuo entre aqueles réus que cometem crime com alguma relação com sua dependência ou uso abusivo e não são hipóteses de aplicação de medida de segurança, daí a razão da Justiça Terapêutica.

É imprescindível que a área jurídica criminal, relacione-se cada vez mais com os provedores de tratamento, para que infratores imputáveis com problemas sérios no campo de álcool e outras drogas recebam uma atenção diferenciada e não recebam sanções de natureza exclusivamente penais.

Tem-se observado que o encaminhamento judicial a tratamento de agentes envolvidos com a justiça criminal, após prévia avaliação de equipe do judiciário, pode gerar uma produtiva terapêutica, um fator de motivação do sujeito que, muitas vezes, encontra-se desorganizado em várias áreas de sua vida, algumas vezes funcionando como a figura paterna, além do fortalecimento de suas condições egóicas.

No Brasil, há décadas várias leis já tratam da relação entre drogas ilícitas e tratamento compulsório ou não, apesar da expressão “Justiça Terapêutica” ter sido cunhada em 1999 no

Rio Grande do Sul. Ao contrário do que muitos afirmam o movimento gaúcho “Justiça Terapêutica” teve sua origem e fundamentos teóricos nos dispositivos do Estatuto da Criança e do Adolescente e só posteriormente foi influenciado pelas Drug Courts dos EUA.

Uma definição de “Drug Court” é de uma vara especial com a responsabilidade de lidar com jovens e adultos com uso disfuncional de drogas lícitas ou não, que tenham causado a si ou a outrem e que consentem em substituir em geral o encarceramento por um rígido programa de tratamento, no qual se dá o acompanhamento geral de sua vida, testagens obrigatórias de substâncias, serviços terapêuticos, intenso monitoramento, inserção em programas sociais e comunitários, sanções e incentivos visando à abstinência deles. Utiliza-se a força coercitiva do sistema legal para levar o indivíduo à recuperação de seu problema com as drogas e à sua reabilitação social. Em caso de não se alcançar a abstinência, na área criminal, a consequência mais grave é a retomada do processo criminal ou mesmo o cumprimento de pena de prisão já pré-fixada no momento da anuência no programa.

Há décadas que a legislação brasileira já possui dispositivos referentes à relação entre o consumo de drogas e o tratamento determinado pelo judiciário, inclusive em casos que não envolvam medidas de segurança, assim não é verdade que o movimento denominado “Justiça Terapêutica” tenha iniciado a discussão da possibilidade do judiciário intervir na autonomia individual da pessoa que tem algum tipo de problema com a justiça relacionado às drogas, todavia, o referido movimento, sem dúvida alguma, fortaleceu bastante o debate da questão nos últimos anos, o que é assaz positivo.

Observamos nos idealizadores do movimento batizado de “Justiça Terapêutica” a falta de um rigor terminológico, conceitual e sistêmico, tanto na terminologia jurídica, quanto de saúde, uma vez, por exemplo, não diferenciam claramente que espécie de usuário seria adequado para receber tratamento, nem conseguem mostrar com precisão em quais espécies de delitos seria cabível a Justiça Terapêutica, o que tornam suas idéias muito vulneráveis a críticas.

Para nós, de modo pragmático e sem preconceitos, a justiça brasileira deveria adaptar à realidade brasileira algumas das iniciativas positivas dos programas das Drug Courts, mormente os relacionados à reintegração social num país tão carente como o nosso, bem como se valer do melhor que as estratégias de redução de danos possam oferecer.

Alguns desafios que devem ser encarados se referem à real eficácia dos atendimentos; à pertinência do encaminhamento e sua receptividade; à evolução da medida no tocante à adesão, abandono ou alta e, sobretudo à percepção do destinatário da Justiça Terapêutica, o receptor da medida, esse diálogo que é tão indicado pela criminologia crítica em relação aos detentos.

Um dos maiores problemas, senão o maior, para implementação da Justiça Terapêutica é a falta de estrutura para atendimento de pessoas com problemas referentes às substâncias psicoativas, pois há pouquíssimos setores especializados que se concentram nas grandes cidades. Faz-se mister um investimento maciço de todas as esferas de governo para o enfrentamento de uma questão de suma importância até para o futuro da nação.

Concebemos Justiça Terapêutica como todo programa, prática ou ação, por parte de órgão ou unidade do judiciário, que disponibilize, intermedeie, encaminhe crianças, adolescentes e adultos usuários abusivos ou dependentes de drogas lícitas e ilícitas, a alguma espécie de tratamento, em virtude de envolvimento deles com a justiça, visando à redução de risco, através de monitoramento judicial.

Não se pode negar, entretanto, que o judiciário, caso dotado de equipe técnica treinada, representa um importante fator motivacional externo, como demonstrado na pesquisa efetuada.

Não concordamos com nenhuma forma de conversão em prisão relativa ao não êxito no tratamento, como ocorre nas Drugs Courts, nem tampouco com a exigência de abstinência. O mais importante é a conscientização da pessoa sobre os danos gerados a si ou a outrem, face ao uso disfuncional de substâncias psicotrópicas, a fim de se evitar a reincidência e uma mais

acentuada deterioração da saúde do indivíduo e de suas relações sociais. A comunidade e o terceiro setor devem trabalhar em conjunto com o setor público para maior êxito.

Faz-se imprescindível um grande estímulo ao desenvolvimento de censos, bancos de dados e de informações, de estudos e pesquisas interdisciplinares, criminológicas, de direito comparado, de história, criminais, antropológicas, sociológicas, estatísticas, econômicas, epidemiológicas, clínicas, farmacológicas, dentre outros ramos do saber.

Devem ser ouvidos todos os atores envolvidos como os usuários e ex-usuários, os técnicos de saúde, os operadores do direito, os grupos de ajuda mútua, para que se possa ter uma radiografia constante e se obter o melhor diagnóstico possível para um enfrentamento eficaz e realista da questão das drogas.

Os dados obtidos na pesquisa descrita no capítulo 9, não deixam de representar uma quebra da generalizada concepção de que para um tratamento, na área de substâncias psicotrópicas terem êxito, faz-se imprescindível que o tratamento seja voluntário. Esse levantamento pode ensejar um novo enfoque no trato de um tema tão complexo. A alta clínica dos indivíduos encaminhados a tratamento pela justiça foi percentualmente superior comparado com os que procuraram o tratamento espontaneamente e em relação aos que chegaram ao tratamento de outras formas, como enviados pelos setores de saúde. Tal fato não pode, nem deve ser desconsiderado pelos especialistas.

O que é inquestionável são os dados alarmantes referentes às patologias decorrentes do uso inadequado das substâncias psicotrópicas e a quantidade cada vez maior de imputáveis usuários disfuncionais delas, que ingressam na esfera da justiça, mormente criminal e que as tradicionais salvaguardas se mostram impotentes, deixando a sociedade brasileira atordoada e descrente.

Talvez o caminho passe por uma ampla política pública no sentido de trabalho em conjunto entre a justiça e os setores de tratamento, mormente nos casos de delitos mais graves e quando atos do dependente ou usuário abusivo atinjam bens jurídicos de terceiros.

Acreditamos, por conseguinte, que a Justiça Terapêutica é algo que deve ser melhor estudado, aperfeiçoado e pode sim ser uma forma eficaz de motivação do usuário abusivo ou dependente que ingressa na esfera criminal, por conta de suas dificuldades com as substâncias psicoativas, mormente quando sabemos que os interesses da coletividade devem se sobrepor aos individuais. Não como uma justiça punitiva, mas uma justiça que preste um serviço mais amplo e profícuo à comunidade a que serve.

A abordagem de assunto tão delicado deve ser responsável, cautelosa e desapaixonada, todavia necessita avançar com certa brevidade, sempre tendo os deveres, direitos e garantias do indivíduo e da coletividade como o centro de qualquer discussão.

REFERÊNCIAS

LIVROS

ALMEIDA, Marcos de. Comentário sobre os princípios fundamentais da bioética. In: BARCHIFONTAINE, Christian de Paul; PESSINI, Léo (Org.). **Fundamentos da bioética**. São Paulo : Paulus, 1996.

ALVES, Roque de Brito. **Estudos de ciência criminal**. Recife : Companhia Editora de Pernambuco, 1993.

ALVIM, Rui Carlos Machado. **Uma pequena história das medidas de segurança**. São Paulo : IBCCrim, 1997.

ANGLIN, M. Douglas. In: SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA PROBLEMÁTICA DAS DROGAS: Projeto RS sem drogas, 5., 2001, Porto Alegre. **Apostila...** Porto Alegre : Corregedoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2001.

ARANA, Xabier; HUSAK, Douglas; SCHEERER, Sebastian (Coords.). **Globalización y drogas: políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos**. Madrid : Dykinson, 2003.

ARBEX JÚNIOR, José. **Narcotráfico: um jogo de poder nas Américas**. 7. ed. São Paulo : Moderna, 1997.

AZEVEDO, Mônica Louise de. **Penas alternativas à prisão: os substitutivos penais no sistema penal brasileiro**. Curitiba : Juruá, 2005.

BABOR, Thomas F. Controvérsias sociais, científicas e médicas na definição de dependência do álcool e das drogas. In: EDWARDS, Griffith; LADER, Malcolm et al. **A natureza da dependência de drogas**. Trad. de Rose Eliane Starosta. Porto Alegre : Artes Médicas, 1994.

BARATTA, Alessandro. **Introducción a una sociología de la droga: problemas y contradicciones del control penal de las drogodependencias: estudios penales en memoria el profesor Agustín Fernández-Albor**. Santiago de Compostela : Universidade de Santiago de Compostela, 1989.

_____. **Introducción a uma sociologia de la droga**. In: CONFERÊNCIA INTERNACIONAL DE DIREITO PENAL, 1988, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Centro de Estudos da Procuradoria Geral da Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro, 1991.

_____. Fundamentos ideológicos de la actual política criminal sobre drogas. In: _____. **La actual política criminal sobre drogas: una perspectiva comparada.** Trad. de Maurício Martinez. Valencia : Tirant lo Blanch, 1993.

_____. **Introducción de la criminología de la droga y sistema penal.** Buenos Aires : Julio César Faira Editor, 2004.

BARCHIFONTAINE, Christian de Paul; PESSINI, Leocir (Org.). **Fundamentos da bioética.** São Paulo : Paulus, 1996.

_____. **Problemas atuais de bioética.** 2. ed. São Paulo : Loyola, 1994.

BARRETO, Menna. **Lei de tóxicos:** comentários por artigo. Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1996.

BARRIUSO, Martín. La prohibición de drogas, del tabú moral a la desobediencia civil. In: ARANA, Xabier, HUSAK, Douglas; SCHEERER, Sebastian (Coords.). **Globalización y drogas:** políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos. Madrid : Dykinson, 2003.

BASTOS, Celso Ribeiro. **Curso de direito constitucional.** 19. ed. São Paulo : Saraiva, 1998.

BATISTA, Nilo. **Punidos e mal pagos:** violência, justiça, segurança pública e direitos humanos no Brasil de hoje. Rio de Janeiro : Revan, 1990.

BISQUERRA, Rafael; CASTELLÁ SARRIERA, Jorge; FRANCESC, Martinez. **Introdução à estatística:** enfoque informático com o pacote estatístico SPSS. Trad. de Fátima MURAD. Porto Alegre : Artmed, 2004.

BITENCOURT, Cezar Roberto. **Falência da pena de prisão:** causas e alternativas. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1993.

_____. **Manual de direito penal:** parte geral. 7. ed. São Paulo : Saraiva, 2002. v. 1.

BONAVIDES, Paulo. **Curso de direito constitucional.** 9. ed. São Paulo : Malheiros, 2000.

BRANDÃO, Cláudio. **Introdução ao direito penal:** análise do sistema penal à luz do princípio da legalidade. Rio de Janeiro : Forense, 2002.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil.** Rio de Janeiro : Freitas Bastos, 1988.

BRAUN, Ivan Mario. **Drogas:** perguntas e respostas. São Paulo : MG Editores, 2007.

BRITO, Aléxis Augusto Couto de. **Execução penal**. São Paulo : Quartier Latin, 2006.

BUENO, R. Estratégias da redução de danos em Santos. In: **Troca de seringas**: drogas e Aids: ciência, debate e saúde pública. Brasília : Ministério da Saúde, 1998.

BURGIERMAN, Denis Russo. **Maconha**. São Paulo : Abril, 2003.

BURROUGHS, William S. **Junky**. Trad. de Ana Carolina Mesquita. Rio de Janeiro : Ediouro, 2005.

BUSTOS RAMÍREZ, Juan. **Coca-cocaína**: entre el derecho y la guerra: política criminal de la droga en los países andinos. Barcelona : PPU, 1990.

CANOTILHO, J. J. Gomes. **Direito constitucional e teoria da constituição**. 3. ed. Coimbra : Almedina, 1999.

CARNEIRO, Henrique. **Filtros, mezinhas e triaca**: as drogas no mundo moderno. São Paulo : Xamã, 1994.

CARLINI, Beatriz. Apresentação à edição brasileira. In: MARLATT, G. Alan et al. **Redução de danos**: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Tradução de Daniel Bueno. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1999.

CARVALHO, Hilário Veiga de. **A nova lei antitóxicos**: comentários. São Paulo : José Bushatsky, 1973.

CARVALHO, Salo de. **A política criminal de drogas no Brasil**: do discurso oficial às razões da descriminalização. Rio de Janeiro : Luam, 1997.

_____. **A política criminal de drogas no Brasil**: estudo criminológico e dogmático. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2006.

_____. _____. 4. ed. amp. atual. Rio de Janeiro : Lumen Juris, 2007.

CASTEL, S; CASAL, M.; YOSHIDA, S. Prevalência da soropositividade para o HIV em uma população de usuários de drogas endovenosas. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE ALCOOLISMO, 8., 1989, São Paulo. **Anais...** São Paulo.

CASTRO, Mary Garcia; ABRAMOVAY, Miriam. **Drogas nas escolas**. Brasília : UNESCO, 2002.

CLASSIFICAÇÃO de transtornos mentais e de comportamento da CID-10: descrições clínicas e diretrizes diagnósticas. Organização Mundial de Saúde. Trad. de Dorgival Caetano. Porto Alegre : Artes Médicas, 1993.

COHEN, Cláudio; MARCOLINO, José Álvaro Marques. **Aspectos bioéticos em psiquiatria em**: a questão ética e a saúde humana. São Paulo : Atheneu, 2006.

COMPARATO, Fábio Konder. **A afirmação histórica dos direitos humanos**. São Paulo : Saraiva, 1999.

_____. _____. São Paulo : Saraiva, 2003.

CONSTITUIÇÃO Portuguesa de 1933: art. 6, nº. 3. In: SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2001.

COOPER, Caroline S. **Drug court survey report**: executive summary, drug court clearinghouse and technical assistance project: a project of the drug courts programs office, office of justice programs. Washington (DC) : U. S. Department of Justice. oct., 1997.

CORREIA, Francisco de Assis. **A alteridade como critério fundamental e englobante da bioética**. 1993. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

COSTA, Antonio M.; AMÉLIA, Clara. **Droga**: a fina flor do crime. 3. ed. [s.n.] : Arte a Dois.

COSTA, Fernando José da. Descriminalização do porte e do uso de substância ilícita. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

COSTA, Helena Regina Lobo da. Análise das finalidades da pena nos crimes de tóxico: uma abordagem da criminalização do uso de entorpecentes à luz da prevenção geral positiva. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro : Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

CRESPO, Marcelo Xavier de Freitas. Justiça terapêutica. In: GUIMARÃES, Marcello Ovídio Lopes (Coord.). **Nova lei antidroga comentada**: Lei nº 11.343. São Paulo : Quartier Latin, 2007.

CUNHA, Wagner. **In-dependência**. São Paulo : Idéia e Ação, 2006.

DEFININDO os tribunais para dependentes químicos: os componentes chave. Tradução de Márcia Biato. Brasília : Embaixada dos EUA da América no Brasil. jun., 2000.

DEVOTO, Eleonora Ángela. **Probation e institutos análogos**. Buenos Aires : Din, 1995.

DI PIETRO, Maria Sylvia Zanella. **Direito administrativo**. 19. ed. São Paulo : Atlas, 2006.

DIAS JÚNIOR, Walter. **O império Juramidam nas batalhas do astral**: uma cartografia do imaginário no culto do Santo Daime. 1992. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

DIAS, Jorge de Figueiredo. O movimento de descriminalização e o ilícito de mera ordenação social. In: CORREIA, Eduardo et al. (Coord.). **Direito penal econômico e europeu**: textos doutrinários. Coimbra : Coimbra Editora, 1998. v. 1.

DICIONÁRIO médico Blakiston. Trad. Benjamin Mayerovitch, Joaquim Clemente de Almeida Moura e Roberto Pessoa. 2 ed. São Paulo : Andrei, 1982.

DOTTI, René Ariel. **Bases e alternativas para o sistema de penas**. 2. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1998.

ELDRIDGE, William Butler. **Narcotics and the law**: a critique of the american experiment in narcotic drug control. Chicago : American Bar Foundation, 1967.

ENGELHARDT JÚNIOR, H. Tristram. **Fundamentos da bioética**. Trad. de José A. Ceschin. São Paulo : Loyola, 1998.

ESCOHOTADO, Antonio. **Historia de las drogas**. Madrid : Alianza Editorial, 1996. v. 3.

FERNANDES, Helena Maria Ribeiro (Coord.). **Psicologia, serviço social e direito**: uma interface produtiva. Recife : Ed. Universitária, 2001.

FERRAJOLI, Luigi. **Diritto e ragione**: teoria del garantismo penale. 5. ed. Roma : Laterza, 1998.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário da língua portuguesa**. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1986.

FERREIRA, Luiz Pinto. **Curso de direito constitucional**. 6. ed. ampl. e atual. São Paulo : Saraiva, 1993.

FIGLIE, Neliana Buzi; BORDIN, Selma; LARANJEIRA, Ronaldo. Como organizar uma história clínica. In: _____. **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo : Roca, 2004a.

_____. Sistemas diagnósticos em dependência química: conceitos básicos e classificação geral. In: _____. **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo : Roca, 2004b.

FOLLE, Amadeo Ottati. **Alcoholismo y derecho penal**. Montevideo : Amalio M. Fernandez, 1976.

FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade. **Curso de estatística**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 1996.

FONTES, Andrezza; FIGLIE, Neliana Buzi. Redução de danos: uma alternativa para lidar com o consumo de substâncias psicoativas. In: _____. **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo : Roca, 2004.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**. Trad. de Raquel Ramalhete. 16. ed. Petrópolis : Vozes, 1997.

FRANÇA, Genival Veloso de. **Medicina legal**. 6. ed. Rio de Janeiro : Guanabara Koogan, 2001.

FRANCESCHINE, José Luiz Vicente de Azevedo. **Tóxicos jurisprudência, notas, legislação, bibliografia**. 2. ed. rev., atual. e ampl. São Paulo : Leud, 1990.

FRANCO, Alberto Silva et al. **Leis penais e sua interpretação jurisprudencial**. 6. ed. rev. e amp. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1997.

FREITAS, Ricardo de Brito A. P. **As razões do positivismo penal no Brasil**. Rio de Janeiro : Lúmen Júris, 2002.

FREUD, Sigmund. El malestar en la cultura. In: _____. **Obras completas**. Buenos Aires : Santiago Rueda Editor, 1955. v. XIX.

GARRAFA, Volnei e Costa; COSTA, Sérgio Ibiapina F.; OSELKA, Gabriel. **A bioética no século XXI**. In: GARRAFA, Volnei e Costa; COSTA, Sérgio Ibiapina F. (Org.). _____. Brasília : Editora UnB, 2000.

GOFFMAN, Erving. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. Trad. de Márcia Bandeira de Mello Leite Nunes. 4. ed. Rio de Janeiro : LTC, 1988.

GOMES, Geraldo. **Os alucinógenos e o direito: L.S.D.** São Paulo : Juriscredi, 1972.

GOMES, Luiz Flávio. **Juizados criminais federais, seus reflexos nos juizados estaduais e outros estudos**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2002.

_____. (Coord.). **Nova lei de drogas comentada**: artigo por artigo: Lei 11.343/2006, de 23.08.2006. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2006a.

_____. **Penas e medidas alternativas à prisão**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1999.

_____. **Suspensão condicional do processo penal**. 2. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1997.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães. Notas sobre a inidoneidade constitucional da criminalização do porte e do comércio de drogas. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

GONÇALVES JÚNIOR, Ulysses de Oliveira. **Uso indevido de drogas**: aspectos polêmicos da sanção. 2005. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito de São Paulo, São Paulo.

GONZAGA, João Bernardino. **Entorpecentes**: aspectos criminológicos e jurídico-penais. São Paulo : Max Limonad, 1963.

GRADASCHI, Mariluze. **Aplicação da justiça terapêutica aos dependentes de substâncias entorpecentes**. 2003. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação de Direito da Faculdade de Direito da Universidade de Passo Fundo, Rio Grande do Sul.

GRAEFF, Frederico Guilherme; GUIMARÃES, Francisco Silveira. **Fundamentos de psicofarmacologia**. São Paulo : Atheneu, 2005.

GRECO FILHO, Vicente. **Tóxicos: prevenção, repressão**. 9. ed. São Paulo : Saraiva, 1993.

_____. _____. 14. ed. São Paulo : Saraiva, 2007.

_____; RASSI, João Daniel. **Lei de drogas anotada: Lei n. 11.343/2006**. São Paulo : Saraiva, 2007.

GRINOVER, Ada Pellegrini et al. **Juizados especiais criminais: comentários à Lei nº. 9.099, de 26.09.1995**. Ed. rev. atual. e ampl. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2005.

GURFINKEL, Decio. **A pulsão e seu objeto-droga: estudo psicanalítico sobre a toxicomania**. Petrópolis : Vozes, 1996.

HARTMANN, Arlete. **Uso de drogas: crime ou exercício de um direito?** Porto Alegre : Síntese, 1999.

HASSEMER, Winfried. **Perspectivas de uma moderna política criminal: três temas de direito penal**. Porto Alegre : Escola Superior do Ministério Público, 1993. Resumo elaborado por César Roberto Bitencourt, sem revisão do autor, da conferência realizada no Instituto Brasileiro de Ciências Criminais, em 17.11.93.

_____. **Crítica al derecho penal de hoy**. Bogotá : Universidad Externato de Colombia, 1998.

HORA, Peggy Fulton; SCHMA, William G.; ROSENTHAL, John T. A. **Therapeutic jurisprudence and the drug treatment court movement: revolutionizing the criminal justice system's response to drug abuse and crime in America**. Notre Dame, Pensilvania : University of Notre Dame, 1999.

HUNGRIA, Nelson. **Comentários ao código penal**. Rio de Janeiro : Forense, 1953. v. 1, t. 1.

_____. _____. _____. 1959. v. IX.

_____. _____. _____. 1967. v. 7.

HUSAK, Douglas. ¿De qué forma los derechos limitan la política sobre drogas? In: ARANA, Xabier; HUSAK, Douglas; SCHEERER, Sebastian (Coord.). **Globalización y drogas: políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos**. Madrid : Dykinson, 2003.

ISHIDA, Válter Kenji. **Estatuto da criança e do adolescente**: doutrina e jurisprudência. São Paulo : Atlas, 2000.

JENSEN, Eric L. Sanciones no penales por delitos de drogas en los EE.UU.: erosionando el tejido social. In: ARANA, Xabier; HUSAK, Douglas; SCHEERER, Sebastian (Coord.). **Globalización y drogas**: políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos. Madrid : Dykinson, 2003.

JESCHECK, Hans H. **Tratado de derecho penal**: parte general. Trad. de José Luis Mansanares Saminiego. 4. ed. Granada : Comares, 1993.

JESUS, Damásio Evangelista de. **Penas alternativas**. São Paulo : Saraiva, 1999.

_____. **Lei antitóxicos anotada**. 3. ed. São Paulo : Saraiva, 1997.

KAPLAN, Harold I.; SADOCK, Benjamin J.; GREBB, Jack A. **Compêndio de psiquiatria**: ciências do comportamento e psiquiatria clínica. Trad. de Dayse Batista. 7. ed. Porto Alegre : Artes Médicas, 1997.

KAPLAN, Harold I.; SADOCK, Benjamin J. **Compêndio de psiquiatria**. Trad. de Maria Cristina Monteiro e Dayse Batista. Porto Alegre : Artes Médicas, 1990.

KARAM, Maria Lúcia. **De crimes, penas e fantasias**. Rio de Janeiro : Luam, 1991.

_____. **Juizados especiais criminais**: a concretização antecipada do poder de punir. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004.

KELSEN, Hans. **Teoria do direito e do estado**. São Paulo : Martins Fontes.

LARANJEIRA, Ronaldo (Coord.) et al. **Usuários de substâncias psicoativas**: abordagem, diagnóstico e tratamento. São Paulo : Cremespe SP/AMB, 2003.

LEVINE, Harry G. Proibição global de las drogas. In: ARANA, Xavier; HUSAK, Douglas; SCHEERER, Sebastian (Coord.). **Globalización y drogas**: políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos. Madrid : Dykinson, 2003.

LEUKEFELD, Carl G.; TIMS, Frank. In: SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA PROBLEMÁTICA DAS DROGAS: Projeto RS sem drogas, 5., 2001, Porto Alegre. **Apostila...** Porto Alegre : Corregedoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2001.

LIMA, Flávio Augusto Fontes de. **Suspensão condicional do processo penal no direito brasileiro**. Rio de Janeiro : Forense, 2000.

LOPES, Cunha. **Toxicomanias**. Rio de Janeiro : Tipografia América, 1939.

LOUREIRO, Cláudio Silva. O prazer no fenômeno das dependências. In: SILVEIRA FILHO, Dartiu Xavier da; MOREIRA, Fernanda Gonçalves (Orgs.). **Panorama atual de drogas e dependências**. São Paulo : Atheneu, 2006.

MACRAE, Edward. **Guiado pela lua**: xamanismo e o uso ritual da *ayahuasca* no culto do Santo Daime. São Paulo : Brasiliense, 1992.

_____. **O controle social do uso de substâncias psicoativas em conversações abolicionistas**: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo : IBCCRIM; PEPG Ciências Sociais PUC/SP, 1997.

MALBERGIER, André. O modelo da redução de danos no tratamento das dependências. In: FOCCHI, Guilherme Rubino de Azevedo et al. **Dependência química**: novos modelos de tratamento. São Paulo : Roca, 2001.

MANUAL diagnóstico e estatístico de transtornos mentais: DSM-IV-TR. American Psychiatric Association. 4 ed. texto revisado. Porto Alegre: Artmed, 2002.

MARANHÃO NETO, Arnaldo Fonseca. **Estudos sobre a justiça terapêutica**. Recife : Bagaço, 2003.

MARCÃO, Renato Flávio. **Curso de execução penal**. 5. ed. São Paulo : Saraiva, 2007.

MARLATT, G. Alan; GORDON, J. R. **Relapse prevention**: maintenance strategies in the treatment of addictive behaviors. New York : Guilford Press, 1985.

MARLATT, G. Alan. Redução de danos no mundo: uma breve história. In: _____ et al. **Redução de danos**: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Trad. de Daniel Bueno. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1999.

_____; WEINGARDT, Kenneth R. Redução de danos e políticas públicas. In: _____ et al. **Redução de danos**: estratégias práticas para lidar com comportamentos de alto risco. Trad. de Daniel Bueno. Porto Alegre : Artes Médicas Sul, 1999.

MARONA, Cristiano Ávila. Proibicionismo ou morte? In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

MASUR, Jandira; CARLINI, Elisaldo. **Drogas, subsídios para uma discussão**. 4. ed. São Paulo : Brasiliense, 2004.

MATOS, Suely de Barros Correia. O clínico generalista na instituição de tratamento de usuários de drogas psicoativas: a relação do clínico com os dependentes de drogas. In: SILVA, Gilberto Lúcio da (Org.). **Coação ou co-ação**: diálogo entre justiça e saúde no contato com usuários de drogas. Recife : Bagaço, 2005.

MÉDICI, Sérgio de Oliveira. Incriminação do porte de substância entorpecente para uso próprio. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos.

Rio de Janeiro : Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

MELLO, Celso Antônio Bandeira de. **Curso de direito administrativo**. 17. ed. atual. São Paulo : Malheiros, 2004.

MELMAN, Charles. **Alcoolismo, delinquência, toxicomania**: uma outra forma de gozar. Trad. de Rosane Pereira. 2. ed. São Paulo : Escuta, 2000.

MESQUITA, Fábio C. Drogas injetáveis e Aids. In: PAIVA, Vera (Org.). **Em tempos de aids viva a vida**: sexo seguro, prevenção, drogas, adolescentes, mulheres, apoio psicológico aos portadores. São Paulo : Summus, 1993.

_____. Perspectivas das estratégias da redução de danos no Brasil. In: _____. BASTOS, Francisco Inácio (Ed.). **Drogas e AIDS, estratégias da redução de danos**. São Paulo : HUCITEC, 1994.

MEYER, Paul L. **Probabilidade**: aplicações à estatística. 2. ed. Rio de Janeiro : LTC, 1995, c1969. Trad. de: Introductory probability and statistical applications.

MILL, John Stuart. **A liberdade/utilitarismo**. Tradução Eunice Ostrensky. São Paulo : Martins Fontes, 2000.

MIRABETE, Julio Fabbrini. **Manual de direito penal**: parte geral. 21. ed. São Paulo : Atlas, 2004.

MONDAINI, Marco. **Direitos humanos**. São Paulo : Contexto, 2006.

MONTESQUIEU, Charles Louis de Secondat, baron de la Brède et de. **Do espírito das leis**. 2. ed. São Paulo : Abril Cultural, 1979. Coleção Os Pensadores.

MORAES, Alexandre de. **Direito constitucional**. 6. ed. São Paulo : Atlas, 1999.

_____. **Direito constitucional**. 9. ed. São Paulo : Atlas, 2001.

MOUSNIER, Conceição. In: CURY, Munir; SILVA, Antônio Fernando do Amaral; MENDEZ, Emílio Garcia. (Coord.). **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. São Paulo : Malheiros, 1992.

MUÑOZ CONDE, Francisco. **Direito penal e controle social**. Trad. de Cíntia Toledo Miranda Chaves. Rio de Janeiro : Forense, 2005.

MUSUMECI, Bárbara. O consumo de álcool no país. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo : Brasiliense, 1994.

NAGIB, Luiza. As drogas e a legislação brasileira. In: BESSA, Marco Antonio; PINSKY, Ilana (Org.). **Adolescência e drogas**. São Paulo : Contexto, 2004.

NATIONAL DRUG COURT INSTITUTE. **Desenvolvimento e implementação de sistemas de tribunais para dependentes químicos**. Tradução de Luiz Magalhães. Brasília (DF) : Embaixada dos Estados Unidos da América no Brasil, maio de 1999. Escritório de Programas de Justiça, Departamento de Justiça, Washington, D.C.

NEWCOMBE, R. The reduction of drug-related harm: a conceptual framework for theory, practice, and research. In: O'HARE, P. A. et al. **The reduction of drug-related harm**. London : Routledge, 1992.

NICASTRI, Sérgio. A classificação das drogas psicotrópicas. In: ANDRADE, Arthur Guerra de; NICASTRI, Sérgio; TONGUE, Eva. **Drogas: atualização em prevenção e tratamento: curso de treinamento em drogas para países africanos da língua portuguesa**. São Paulo : Lemos, [200-?].

NOLAN JR, James L. **Reinventing justice: the american drug court movement**. Princenton : Princenton University Press, 2001.

OLIVEIRA, Ana Sofia Schmidt de. **A vítima e o direito penal: uma abordagem do movimento vitimológico e de seu impacto no direito penal**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 1999.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Corrêa de Almeida. **Os tribunais de drogas e o tratamento como alternativa penal**. 2004a. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Direito Penal, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo.

OLIVEIRA, Edmundo. **O futuro alternativo das prisões**. Rio de Janeiro : Forense, 2002.

OLIVEIRA, José Roberto Rochel de; SÉRGIO SOBRINHO, Mário. Justiça terapêutica. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas: aspectos penais e criminológicos**. Rio de Janeiro: Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

OLMO, Rosa Del. **América Latina y su criminología**. México : Siglo Veintiuno, 1984.

_____. La legislación en el contexto de las intervenciones globales sobre drogas. In: VEGA FUENTE, Amando (Coord.). **Drogas: qué política para qué prevención**. San Sebastián : Gakoa Liburuak, 2002.

_____. Las drogas y sus discursos. In: PIERANGELI, José Enrique (Coord.). **Direito criminal**. Belo Horizonte : Del Rey, 2004. v. 5.

ORFORD, Jim. Em busca de uma síntese no estudo da natureza da dependência de drogas: enfrentando as complexidades. In: EDWARDS, Griffith; LADER, Malcolm e colaboradores. **A natureza da dependência de drogas**. Trad. de Rose Eliane Starosta. Porto Alegre : Artes Médicas, 1994.

PALLONE, Nathaniel J. **Treating substance abusers in correctional contexts: new understandings, new modalities**. New York : Haworth, 2003.

PALHANO, Ruy. **Drogas**: saiba mais a seu respeito. São Luís : Lithograf, 2000.

PASCHOAL, Janaína Conceição. A importância do encontro sobre drogas: aspectos penais e criminológicos. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro : Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

PASSAGLI, Marcos. **Toxicologia forense**: teoria e prática. Campinas : Millennium, 2008.

PASSETTI, Edson; SILVA, Roberto Baptista Dias da. (Org.) **Conversações abolicionistas**: uma crítica do sistema penal e da sociedade punitiva. São Paulo : IBCCrim, 1997.

PEÑA, Encarna Bas. Cambios sociales y desarrollo legislativo en andalucía (1985-1997): prevención de drogodependencias en el medio educativo. In: ARANA, X.; MARKEZ, I.; VEGA, A. **Drogas**: cambios sociales y legales ante el tercer milenio. Madrid : Dykinson, 2000.

PÉRIAS, Gilberto Rentz. **Leis antitóxicos comentadas, teoria, legislação e jurisprudência**: direito penal. Sta. Cruz da Conceição : Editora Vale do Mogi, 2002.

PESSINI, Léo. **Fundamentos da bioética**. São Paulo : Paulus, 1996.

PRADO, Luiz Regis. **Curso de direito penal brasileiro**: parte geral. 5. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2005. v. 1.

_____. **Curso de direito penal brasileiro**: parte geral. 6. ed. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2006. v. 1.

NAÇÕES UNIDAS. **Programa das Nações Unidas para o controle internacional de drogas: Brasil 10 anos de Compromisso - ONU**. Brasília : UNDCP, 1999.

QUEIROZ, Paulo de Souza. **Do caráter subsidiário do direito penal**: lineamentos para um direito penal mínimo. Belo Horizonte : Del Rey, 1998.

REALE JÚNIOR, Miguel. Responsabilidade social da universidade. In: _____ (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro : Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

REGHELIN, Elisângela Melo. **Redução de danos**: prevenção ou estímulo ao uso de drogas injetáveis. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2002.

REUTER, Peter; KLEIMAN, Mark. Risks and prices: an economic analysis of drug enforcement. In: TONRY, M.; MORRIS, M. **Crime and justice**. Chicago : The University of Chicago, 1986. v. 7.

RIBEIRO, Elsa da Mata; RODRIGUES, Ana Paula. A relação justiça e saúde: um posicionamento do núcleo de apoio e acompanhamento às terapêuticas de drogadicção para

adolescentes. In: SILVA, Gilberto Lúcio da (Org.). **Coação ou co-ação**: diálogo entre justiça e saúde no contato com usuários de drogas. Recife : Bagaço, 2005.

RIBEIRO, Marcelo; FIGLIE, Neliana Buzi; LARANJEIRA, Ronaldo. Organização de serviços de tratamento para a dependência química. In: FIGLIE, Neliana Buzi; BORDIN, Selma; LARANJEIRA, Ronaldo et al. **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo : Roca, 2004.

SEMINÁRIO DE CAPACITAÇÃO PARA O ENFRENTAMENTO DA PROBLEMÁTICA DAS DROGAS: Projeto RS sem drogas, 5., 2001, Porto Alegre. **Apostila...** Porto Alegre : Corregedoria-Geral de Justiça do Ministério Público do Rio Grande do Sul, 2001.

RODRIGUES, Eduardo Silveira Melo. **A embriaguez e o crime**. Brasília : Brasília Jurídica, 1996.

RODRIGUES, Luciana Boiteux de Figueiredo. **Controle penal sobre as drogas ilícitas**: o impacto do proibicionismo no sistema penal e na sociedade. 2006. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação da Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo, São Paulo.

ROSA, Alexandre Moraes da. **Direito infracional**: garantismo, psicanálise e movimento antiterror. Florianópolis : Habitus, 2005.

ROSSEAU, Jean-Jacques. **Do contrato social**. São Paulo : Abril Cultural, 1978.

ROXIN, Claus. Franz Von Liszt e a concepção político-criminal do projecto alternativo. In: _____. **Problemas fundamentais de direito penal**. Lisboa: Veja, 1986.

SÁ, Alvino Augusto de. **Criminologia clínica e psicologia criminal**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2007.

SÁ, Domingos Bernardo Silva. Projeto para uma nova política de drogas no país. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo : Brasiliense, 1994.

SALVADOR NETTO, Alamiro Velludo. **Tipicidade penal e sociedade de risco**. São Paulo : Quartier Latin, 2006.

SAMPAIO, Christiane Moema Alves; CAMPOS, Marcelo Araújo (Org.). **Drogas, dignidade & inclusão social**: a lei e a prática de redução de danos. Rio de Janeiro : Associação Brasileira de Redutores de Danos (ABORDA), 2003.

SILVA SÁNCHEZ, Jesús-María. **La expansión del derecho penal**: aspectos de la política criminal en las sociedades postindustriales. 2. ed. Madri : Civitas Ediciones, 2001.

SANTIAGO, Jesús. **A droga do toxicômano**: uma parceria clínica na era da ciência. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.

SANTOS, Boaventura de Souza. **La globalización del derecho**: los nuevos caminos de la regulación y la emancipación. Bogotá : Universidad Nacional de Colombia, 1998.

SANTOS, Jorcelino Luiz dos. **Drogas**: psicologia e crime. Porto Alegre : Sagra Luzzatto, 1997.

SANTOS, Juarez Cirino dos. **Criminologia radical**. Rio de Janeiro : Forense, 1998.

SARLET, Ingo Wolfgang. **A eficácia dos direitos fundamentais**. 2. ed. rev. e atual. Porto Alegre : Livraria do Advogado, 2001.

SCHEERER, Sebastian. Prohibición de las drogas en sociedades abiertas. In: ARANA, Xabier; HUSAK, Douglas; _____. (Coords.) **Globalización y drogas**: políticas sobre drogas, derechos humanos y reducción de riesgos. Madrid : Dykinson, 2003.

SCHUSTER, Charles. O comportamento da busca de droga: implicações para as teorias de dependência de droga. In: EDWARDS, Griffith; LADER, Malcolm et al. **A natureza da dependência de drogas**. Trad. de Rose Eliane Starosta. Porto Alegre : Artes Médicas, 1994.

SECONDAT, Charles Louis de. **Do espírito das leis**. São Paulo : Abril Cultural, 1979. (Coleção Os pensadores).

SEGRE, Marco. **A questão ética a saúde humana**. São Paulo : Atheneu, 2006.

_____; SEIBEL, Sérgio Dario. **Aspectos éticos das atenções de saúde em relação ao dependente de drogas em a questão ética e a saúde humana**. São Paulo : Atheneu, 2006.

SERPA, Oswaldo. **Dicionário escolar inglês-português, português-inglês**. 3. ed. Rio de Janeiro : Ministério da Educação e Cultura, 1961.

SHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2004.

SILVA, Cláudio Jerônimo; LARANJEIRA, Ronaldo. Neurobiologia da dependência química. In: FIGLIE, Neliana Buzi; BORDIN, Selma; LARANJEIRA, Ronaldo (Coord.). **Aconselhamento em dependência química**. São Paulo : Roca, 2004.

SILVA, Clodomir Monteiro da. **O palácio de Juramidam - Santo Daime**: um ritual de transcendência e despoluição. 1983. Dissertação (Mestrado) - Programa de Pós-Graduação em Antropologia Cultural, Universidade Federal de Pernambuco, Recife.

SILVA, Edevaldo Alves da. **Tóxicos no direito penal brasileiro**. São Paulo : José Bushatsky, 1973.

SILVA, Evandro Lins e. **Sistema penal para o terceiro milênio**. Rio de Janeiro : Revan, 1991.

SILVA, Gilberto Lúcio da (Org.). **Coação ou co-ação**: diálogo entre justiça e saúde no contato com usuários de drogas. Recife : Bagaço, 2005.

_____. **Da família sem pais à família sem paz**: violência doméstica e uso de drogas. Recife : Bagaço, 2006.

SILVA, José Afonso da. **Curso de direito constitucional positivo**. 28 ed. rev. e atual. São Paulo : Malheiros, 2007.

SILVA, Reinaldo Pereira e. **Biodireito**: a nova fronteira dos direitos humanos. São Paulo : LTR, 2003.

SILVEIRA FILHO, Dartiu Xavier da; SILVEIRA, Evelyn Doering Xavier da. **Um guia para a família**. Reimp. rev. Brasília : Secretaria Nacional Antidrogas, 1999.

SILVEIRA FILHO, Dartiu Xavier da; MOREIRA, Fernanda Gonçalves. Reflexões preliminares sobre a questão das substâncias psicoativas. In: _____ (Orgs.). **Panorama atual de drogas e dependência**. São Paulo : Atheneu, 2006.

SILVEIRA, Renato de Mello Jorge. **Direito penal supra-individual**: interesses difusos. São Paulo : Revista dos Tribunais, 2003.

_____. Drogas e política criminal: entre o direito penal do inimigo e o direito penal racional. In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas**: aspectos penais e criminológicos. Rio de Janeiro : Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

SCHUSTER, Charles. O comportamento da busca de droga: implicações para as teorias de dependência de droga. In: EDWARDS, Griffith; LADER, Malcolm et al. **A natureza da dependência de drogas**. Trad. de Rose Eliane Starosta. Porto Alegre : Artes Médicas, 1994.

SOUZA, Ailton Alfredo de. Fundamentos jusfilosóficos da despenalização por meio do tratamento da drogadicção. In: SILVA, Gilberto Lucio da (Org.). **Coação ou co-ação**: diálogo entre justiça e saúde no contato com usuários de drogas. Recife : Bagaço, 2005.

STRANG, J. Drug use and harm reduction: responding to the challenge. In: HEATHER, N. et al (Ed.). **Psychoactive drugs and harm reduction**: from faith to science. London : Whurr, 1993.

STUART MILL, John. **A liberdade/utilitarismo**. São Paulo : Martins Fonte, 2000.

SZNICK, Valdir. **A responsabilidade penal na embriaguez**. São Paulo : Leud, 1987.

TEIXEIRA, Paulo. In: Ministério da Saúde. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **Manual de redução de danos**: saúde e cidadania. Brasília : 2001. (Manuais).

TIBA, Içami. **Anjos caídos**. São Paulo : Editora Gente, 2006.

TORNAGHI, Hélio. **Curso de processo penal**. São Paulo : Saraiva, 1980. v. 2.

TORON, Alberto Zaccharias. Deve a cannabis sativa permanecer na lista IV da convenção única de entorpecentes, de 1961, da ONU? In: REALE JÚNIOR, Miguel (Coord.). **Drogas: aspectos penais e criminológicos**. Rio de Janeiro : Forense, 2005. 1º Encontro de Mestres e Doutores do Departamento de Direito Penal da Faculdade de Direito da USP, 2004.

UNIFESP. AFIP. Centro de Pesquisa em Psicobiologia Clínica. **Encontro de centros brasileiros de tratamentos de dependências de drogas**. São Paulo : Afip, 1989.

VALDÉS, García. **Droga e institución penitenciaria**: droga y privación de la libertad. Buenos Aires : Depalma, 1986.

VALENTE, Manuel Monteiro Guedes. **Consumo de drogas**: reflexões sobre o novo quadro legal. Coimbra : Almedina, 2002.

VASCONCELOS, Maria da Conceição de Melo. Uma experiência no atendimento psicológico em grupo aos usuários de drogas em conflito com a lei. In: SILVA, Gilberto Lúcio da (Org.). **Coação ou co-ação**: diálogo entre justiça e saúde no contato com usuários de drogas. Recife : Bagaço, 2005.

VASCONCELOS, Paulo Roberto Caldas de. **Comentários sobre a justiça terapêutica e sobre as leis antitóxicos**. Recife : Litoral, 2004.

VELHO, Gilberto. A dimensão cultural e política dos mundos das drogas. In: ZALUAR, Alba (Org.). **Drogas e cidadania**: repressão ou redução de riscos. São Paulo : Brasiliense, 1994.

VENÂNCIO, Renato Pinto; CARNEIRO, Henrique (Org.). **Álcool e drogas na história do Brasil**. São Paulo : Alameda, 2005.

VERGARA, Rodrigo. **Drogas**. São Paulo : Abril, 2003.

VIEIRA, Luiz Gonzaga. **Tóxicos**. São Paulo : Edipro, 1992.

WACQUANT, Lóic. **As prisões da miséria**. Trad. de André Telles. Rio de Janeiro : Jorge Zahar, 2001.

WEBER, Max. **Economia y sociedad**. México, DF : Fondo de Cultura Económica, 1988.

WODAK, Alex. Redução de danos e programa de troca de seringas. In: BASTOS, Francisco Inácio; MESQUITA, Fábio; MARQUES, Luiz Fernando (Org.). **Troca de seringas**: drogas e Aids: ciência, debate e saúde pública. Brasília : Ministério da Saúde, Coordenação Geral das DST/AIDS. 1998.

ARTIGOS DE REVISTAS

ADOLESCENTES estão bebendo demais. **Diário de Pernambuco**, Recife, 23 ago. 2007, p. A11.

ALVES, Roque de Brito. A criminalidade no Brasil. **Diário de Pernambuco**. Recife, 13 jun. 2007. Opinião, p. A 9.

AUGUSTINIS, Emílio José de; COHEN, Claudio. É possível a autonomia do sentenciado no sistema penitenciário? **Revista Bioética do Conselho Federal de Medicina**, Brasília, v. 6, n. 1, 1998.

BATISTA, Nilo. **Política criminal com derramamento de sangue**: discursos sediciosos: crime, direito e sociedade. Rio de Janeiro, Instituto de Criminologia, ano 3, n. 5-6, p. 84, 1998.

BATISTA, Vera Malaguti. O tribunal de drogas e o trigre de papel. **Revista de Estudos Criminais**, Porto Alegre, v. 1, n. 4, 2001.

BATTJES, R. J; PICKENS, R. W.; AMSEL, Z. HIV infection and AIDS risk behaviors among intravenous drug users entering methadone treatment in selected. **J. Acq. Imm. Defic. Syndrome**, U.S. cities, v. 4, p. 1148-1154, 1991.

BEAN, Philip. America's drug courts: a new development in criminal justice. **Criminal Law Review**, out., 1996.

BERRIDGE, V. *AIDS*, drugs and history. **British Journal of Addiction**, v. 87, n. 3, p. 363-370, 1992.

BIANCARELLI, Aureliano. Maconha é a nova arma contra o crack. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 20 abr. 1997, p. 3, Cotidiano, 3º Caderno.

BRASIL, Caroline Schneider. O que é programa da redução de danos? **Boletim Informativo do Projeto Comunicação, Segmentos e Prevenção, da Cruz Vermelha Brasileira**, Rio Grande do Sul, ano I, n. 2, p. 3-4, set., 2000.

CARVALHO, Luiz Carlos Schmidt de. Descriminalização do uso de drogas, suspensão do processo judicial e recuperação de usuários de tóxicos: questões para reflexão. **Justitia**, ano 58, v. 173, p. 24-25, jan./mar., 1996.

COLARES, Juliana. Tabagismo: vício de fumar é responsável por 200 mil mortes por ano em todo o mundo. **Diário de Pernambuco**, Recife, 12 ago. 2007, C3.

COSTA, Florência. **Revista ISTO É**, São Paulo, n. 1674, 31 out. 2001.

DEMATTEO, D. S.; MARLOWE, D. B.; FESTINGER, D. S. Secondary prevention services for clients who are low risk in drug court: a conceptual model. **Crime & Delinquency**, n. 52, p. 114-134, 2006.

DIAS, Jorge de Figueiredo. Direito penal e estado de direito material: sobre o método, a construção e o sentido da doutrina geral do crime. **Revista de Direito Penal**, Rio de Janeiro, n. 31, p. 43, 1982.

DWYER JH. Exposure to environmental tobacco smoke and coronary risk. **Circulation**, v. 96, n. 5, p. 1367-1369, 1997.

FARIA, Eduardo José. As transformações do direito. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, ano 6, n. 22, abr./jun., 1998.

FERREIRA, Ivette Senise. A intimidade e o direito penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 5, p. 96, 1994.

GARCIA, Carlos Roberto Marcos. Aspectos relevantes da vitimologia. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 88, v. 769, p. 437-455, 1999.

GOMES, Mariângela Gama de Magalhães; MOURA, Maria Thereza Rocha de Assis. Drogas e política criminal. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, n. 130, set., 2003.

HASSEMER, Winfried. Derecho penal simbólico y protección de bienes jurídicos. **Pena y Estado: función simbólica la pena**. Traducción Elena Larrauri. Barcelona, PPU, fasc. 1, n. 1, p. 33, p. 23-36, sep./dic.1991.

KARAM, Maria Lúcia. Políticas de drogas: alternativas à repressão penal. **Revista Brasileira de Ciências Criminais**, São Paulo, v. 12, n. 47, p. 360-385, mar./abr., 2004.

LARANJEIRA, Ronaldo. Resposta do Professor Laranjeira à carta O problema da proibição do álcool. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 53, n. 6, p. 393-394, 2004.

LEI seca gera muitas dúvidas. **Diário de Pernambuco**, Recife, 29 jun. 2008, A 12.

LIMA, Flávio Augusto Fontes de. Direito penal do inimigo: direito penal do século XXI? **Revista da ESMape**: Escola Superior da Magistratura, Recife, ESMape, v. 11, n. 24, p. 147; 129-152, jul./dez., 2006.

MACHADO, Eduardo. Aumenta o desafio para o plano de segurança. **Jornal do Commercio**, Recife, 10 jun. 2007, Cidades, p. 6.

MARCHI, Maria Mathilde; SZTAJN, Rachel. Autonomia e heteronomia na relação entre profissional de saúde e usuário dos serviços de saúde. **Revista Bioética do Conselho Federal de Medicina**, Brasília, v. 6, n. 1, 1998.

MARLOWE, Douglas B. et al. A national research agenda for drug courts: plotting the course for second-generation scientific inquiry. **Drug Court Review**, Alexandria, NDCI, 2006. v. V, p. 28-31.

MARONA, Cristiano Ávila; MENDES, Carlos Alberto Pires. Nova lei de tóxicos: o reflexo do irrefletido. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, v. 1, n. 111, set., p. 8-9, 2002.

MARQUES, Ednarg Fernandes. Medidas alternativas à prisão: a justiça terapêutica: breves considerações. **Revista do Ministério Público do Maranhão**, São Luís, n. 10, p. 189-197, jan./dez., 2003.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Boletim Epidemiológico**: Aids, Brasília, ano XI, n. 4, set./nov., 1998.

_____. Secretaria de Políticas de Saúde. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **Manual de redução de danos**. Brasília : 2001. p. 11-12. (Manuais, n. 42).

_____. Secretaria de Vigilância em Saúde. Coordenação Nacional de DST/AIDS. **A contribuição dos estudos multicêntricos frente à epidemia de HIV/Aids entre UDIs no Brasil**: 10 anos de pesquisa e redução de danos. Org. de Christiane Moema Alves Sampaio e Marcelo Araújo Campos. Brasília : 2003. (Avaliação, n. 8).

MORAIS, Bartolomeu Bueno de Freitas. Drogas: aspectos jurídicos na perspectiva da prevenção. **Diário Oficial do Estado de Pernambuco**, Poder Judiciário Estadual. p. 2. Recife, 14 out. 2003.

MOREIRA, José Carlos Barbosa. O processo penal norte-americano e sua influência. **Revista do Ministério Público**, Rio de Janeiro, v. 12, p. 89, 2000.

MOREIRA, Rômulo de Andrade. A nova lei de tóxicos: aspectos processuais. **Revista dos Tribunais**, São Paulo, ano 93, v. 825, jul., 2004.

NUNES, Adeildo. O país do tráfico. **Jornal do Commercio**, Recife, 9 jun. 2007, Opinião.

PAI embriagado joga bebê na parede. **Jornal do Commercio**, Recife, 11 maio 2007, Caderno Cidades, p. 3.

PAÍS no rol dos mais rigorosos. **Jornal do Commercio**, Recife, 29 jun. 2008, Seção Brasil, p. 15.

PARADA gay: panfleto dá dicas de como usar drogas. **Jornal do Commercio**, Recife, 09 jun. 2007, p. 11.

PASCOAL, Janaína Conceição. A justiça terapêutica aqui e as cortes de drogas lá. **Boletim IBCCRIM**, São Paulo, n. 166, p. 13-14, set., 2006.

REVISTA DOS TRIBUNAIS. São Paulo, v. 530, p. 365, dez., 1979, v. 600, p. 409, out., 1985.

RIBEIRO, Maurides de Melo. As políticas públicas e a questão das drogas: redução de danos. **Juízes para a Democracia**: Publicação Oficial da Associação Juízes para a Democracia, ano 9, n. 35, set./nov., 2005.

ROCHA, Cármem Lúcia Antunes. O princípio da dignidade da pessoa humana e a exclusão social. **Revista Interesse Público**, São Paulo, Notadez, ano 1, n. 4, p. 24-26, out./dez., 1999.

ROCHA, João Victor. Recuperação lenta. **Diário de Pernambuco**, 03 out. 2004. p. 2.

RODRIGUES, Edvaldo. Ação contra uso de álcool entre jovens. **Diário de Pernambuco**, 05 jul. 2007, Vida Urbana, C8.

SANTIN, Valter Folete. Terapia do acusado de porte de entorpecente como condição da suspensão condicional do processo. **Justitia**, São Paulo, Associação Paulista do Ministério Público, n. 196, p. 81-89, out./dez., 2001.

SANTOS, Nildo Nery dos. **Relatório de atividades**: Tribunal de Justiça de Pernambuco: biênio 2000-2002, Recife, 2002, p. 8.

SECRETARIA de Estado da Saúde de São Paulo. **Boletim Epidemiológico**, ano XVI, n. 4, 1998.

SILVA JÚNIOR, Edison Miguel da. Usuário de droga ilícita e a lei dos juizados federais. **Boletim do IBCCrim**, a. 9, n. 110, p. 10, jan., 2002.

SPOSATO, Karyna et al. Defesa técnica de adolescentes acusados da autoria de atos infracionais em São Paulo. **Revista ILANUD**, São Paulo, n. 22, 2002.

TONRY, Michael; PETERSILIA, Joan. **Crime and Justice**: review of research. Chicago : University of Chicago, 1999. v. 26, p. 21.

VELHO, Gilberto. Uma perspectiva antropológica do uso de drogas. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, Rio de Janeiro, v. 29, n. 6, p. 355-358, 1980.

ZAFFARONI, Eugenio Raúl. La legislación “anti-droga” latinoamericana: sus componentes de derecho penal autoritario. **Fascículo de Ciências Penais**: Drogas: Abordagem interdisciplinar, Porto Alegre, v. 3, p. 18, 1990.

MEIO ELETRÔNICO

ADOLESCENTE viciado em drogas é acorrentado na Bahia. Disponível em: <<http://noticias.bol.uol.com.br/brasil/2007/07/05/ult4469u6602.jhtm>>. Acesso em: 04 jul. 2007.

ADULT DRUG COURTS: evidence indicates recidivism reductions and mixed results for other outcomes. Government Accountability Office (GAO), 2005. Disponível em: <<http://www.gao.gov/new.items/d05219.pdf>>. Acesso em: 10 ago. 2007.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE JUSTIÇA TERAPÊUTICA. **As drogas e a família**. Disponível em: <http://www.aclaud.org/as_drogas_e_a_familia.htm>. Acesso em: 16 jul. 2007.

_____. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.thp?id=99&n=85>>. Acesso em: 24 fev. 2005.

BARDOU, Luiz Achylles Petiz. **Justiça terapêutica**: origem, abrangência territorial e avaliação. ANJT. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/just_terapeutica/doutrina/id392.htm>. Acesso em: 26 de jun. 2007.

BARDOU, Luiz Achylles Petiz; FREITAS, Carmem Có. **A problemática das drogas**. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/hmpage/homepage2.nsf/pages/jterap_artigo3>. Acesso em: 22 fev. 2005.

BORGES, Maria Elda Melo; BARROS, Suzana de Toledo. **Justiça terapêutica para usuários de drogas ilícitas**. Disponível em: <<http://www.conamp.org.br/eventos/teses/tese060.htm>>. Acesso em: 29 maio 2006.

BRASIL. Ministério da Justiça. Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/depen/>>. Acesso em: 2 ago. 2007.

CABALLERO, Francis. **Liberalize rather than punish**. Disponível em: <<http://www.drugtext.org/library/articles/ial4.html>>. Acesso em: 01 ago. de 2007.

CONSELHO Regional Psicologia do Estado de São Paulo. **Justiça terapêutica**. Disponível: <http://crpsp.org.br/a_servi/frames/fr_forum_justica_terapeutica.htm>. Acesso em: 27 ago. 2003.

COSTA, Reynaldo Lúcio Moutinho. **Aplicação da suspensão condicional do processo aos casos dos usuários de drogas**. Disponível em: <<http://jus2.uol.com.br/doutrina/texto.asp?id=1087>>. Acesso em: 25 jun. 2007.

DICIONÁRIO médico Blakiston. **Conceito de psicotrópico**. 2. ed. São Paulo : Andrei, p. 872. Disponível em: <<http://www.imesc.sp.gov.br/infodrogas/Entorpec.htm>>. Acesso em: 14 maio 2007.

DROGAS, abordagem intersetorial: saúde e justiça. Disponível em: <<http://litoralsaquarema.blogspot.com/>>. Acesso em: 18 ago. 2007.

DUARTE, Paulina Vieira. **Vulnerabilidade e risco**. Disponível em: <<http://obid.senad.gov.Br/OBID/Portal/index.jsp?iIdpessoaJuridica=1>>. Acesso em: 18 jan. 2007.

FERNANDES, Márcio Mothé. **Justiça terapêutica para usuários de drogas**. Disponível em: <http://www.mj.gov.br/Depen/publicacoes/marcio_mothe_02.pdf>. Acesso em: 26 jun. 2007.

FOX, Carson; HUDDLESTON, West. **Drug courts in the U. S.** Disponível em: <<http://usinfo.state.gov/journals/itdhr/0503/ijde/fox.htm>>. Acesso em: 9 ago. 2007.

FREITAS, Carmen Có. **Tratamento não voluntário em países da região européia: princípios éticos, organização e resultados.** Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=87>>. Acesso em: 18 ago. 2007

FRIEDMAN, Milton. **The drug war as a socialist enterprise.** Disponível em: <www.druglibrary.org/special/friedman/socialist.htm>. Acesso em: 1º jul. 2007.

GOMES, Luiz Flávio. **Reforma penal: a nova lei de tóxicos no país e a situação dos usuários.** Disponível em: <<http://www.castelobranco.adv.br/artigo/07.htm>>. Acesso em: 29 ago. 2003.

_____. **Tóxicos: descriminalização da posse de droga para consumo pessoal.** Disponível em: <http://ultimainstancia.uol.com.br/imprime_noticia.php?idNoticia=30618>. Acesso em: 08 set. 2006b.

HORÁCIO, João Batista Ferrairo. **Da ilegalidade das prisões com base em bafômetros.** Disponível em: <http://www.migalhas.com.br/mostra_noticia_articuladas.aspx?cod=63804>. Acesso em: 02 jul. 2008.

HUDDLESTON, C. West. **Letter from the chief executive officer.** Disponível em: <<http://www.nadcp.org/about/>>. Acesso em: 05 jul. 2008.

INTERNATIONAL ASSOCIATION OF DRUG TREATMENT COURTS. Disponível em: <<http://www.nadcp.org/iadtc/>>. Acesso em: 8 ago. 2007.

INVENTORY OF EUROPEAN SOCIAL AND HEALTH POLICIES, MEASURES AND ACTIONS CONCERNING DRUG USERS IN PRISONS. Disponível em: <<http://www.emcdda.europa.eu/index.cfm?fuseaction=public.content&nnodeid=2721&sLanguage=EN>>. Acesso em: 25 jul. 2007.

JUSTIÇA terapêutica: perguntas e respostas assinado pela direção da ANJT. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=85>>. Acesso em: 24 fev. 2005.

JUSTIÇA terapêutica: questionário. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.thp?id=99&n=85>>. Acesso em: 24 fev. 2005.

KELLY, J. F.; FINNEY, J. W.; MOOS, R. Substance use disorder patients who are mandated to treatment: characteristics, treatment process, and 1-and 5-year outcomes. **Journal of Substance Abuse Treatment**, v. 28, n. 3, p. 213-223, 2005. Disponível em: <<http://www.jointogether.org/news/research/summaries/2006/voluntary-forced-treatment.html>>. Acesso em: 14 ago. 2006.

KING, Rufus. **Hang up, America's fifty-year folly.** Disponível em: <<http://www.druglibrary.org/special/king/dhu/dhu16.htm>>. Acesso em: 29 jul. 2007.

KUEHNE, Maurício. **Brasil atinge a marca de 419 mil presos.** Disponível em: <<http://www.mj.gov.br/depen/>> Acesso em: 02.08.2007.

MAIEROVITCH, Walter Fanganiello. Disponível em: <http://www.pol.org.br/atualidades/materiais.cmF?id_área=460>. Acesso em: 09 jun. 2006a.

_____. **Entrevista.** Disponível em: <http://www.ar.unisul.br/cgi_bin/psa/unisul/noticia.epl?cd=80>. Acesso em: 09 jun. 2006b.

MAKKAI, Toni. **Drug Courts: Issues and Prospects** Australian Institute of Criminology Trends & Issues, 1998. Disponível em: <<http://www.aic.gov.au/publications/tandi/tandi95.html>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

MARCÃO, Renato Flávio. **A política nacional antidrogas.** Disponível em: <www.ibccrim.org.br>. Acesso em: 27 maio 2003.

MENINO viciado em drogas é acorrentado pelos pais no Rio Grande do Sul. Disponível em: <<http://pe360graus.globo.com/noticias360/matLer.asp?newsId=92297>>. Acesso em: 05 jul. 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Acidentes:** consumo de álcool é a principal causa. Disponível em: <http://64.233.167.104/custom?q=cache:WLN1wUGowQJ:portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/svs_em_rede_n26_marco07.pdf+tr%C3%A2nsito+e+bebida&hl=pt&ct=clnk&cd=6&client=google-coop-np>. Acesso em: 20 ago. 2007.

MINISTÉRIO DA SAÚDE. **Aids em números:** Aids no Brasil. Disponível em: <<http://www.aids.gov.br/data/Pages/LUMIS13F4BF21PTBRIE.htm>>. Acesso em 16 jul. 2007.

NATIONAL ASSOCIATION OF DRUG COURT PROFESSIONALS. Disponível em: <<http://www.nadcp.org>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

NATIONAL CRIMINAL JUSTICE REFERENCE SERVICE U.S.S. Department of Justice. **Drug Court activity update:** summary information on all programs and detailed information on adult drug courts. 2001. Disponível em: <http://www.ncjrs.gov/spotlight/drug_courts/publications.html>. Acesso em: 02 jun. 2006.

NATIONAL survey on drug use & health: national results. Disponível em: <<http://www.oas.samhsa.gov/nsduh/2k5nsduh/2k5Results.htm#TOC>>. Acesso em: 2005.

NEW YORK COUNTY LAWYERS ASSOCIATION. Disponível em: <<http://www.druglibrary.org/schaffer/Library/studies/nycla/nycla.htm>>. Acesso em: 04 abr. 2007.

OBSERVATÓRIO BRASILEIRO DE INFORMAÇÕES SOBRE DROGAS/SECRETARIA NACIONAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS, I. Levantamento domiciliar sobre o uso de drogas psicotrópicas no Brasil 2001. Disponível em: <<http://www.obid.senad.gov.br/OBID/Portal/Index.jsp?!IdPessoaJuridica=1>>. Acesso em: 10 jun. 2006.

OLIVEIRA, Carlos Alberto Corrêa de Almeida. **A justiça terapêutica e os seus objetivos**. Disponível em: <www.ibccrim.org.br>. Acesso em: 27 jul. 2004b.

_____. _____. Disponível em: <www.ibccrim.org.br>. Acesso em: 02 jun. 2006.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. International Narcotics Control Board. 2007. Disponível em: <<http://www.incb.org/incb/annual-report-2007.html>> Acesso em: 03 jan. 2008.

PACHECO, Mariana Bussacos. **Justiça terapêutica aplicada aos crimes de porte de entorpecentes para uso próprio**: a experiência do Distrito Federal. Monografia (Graduação em Direito) - Centro Universitário de Brasília – UniCEUB. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/mariana2.doc>>. Acesso em: 2 jul. 2007.

REDE BRASILEIRA DA REDUÇÃO DE DANOS (REDUC). **A compreensão da Reduc sobre a chamada “Justiça Terapêutica”**: ou “tribunais especiais para dependentes químicos.” Disponível em: <http://www.jornalexpress.com.br/noticias/detalhes.php?id_jornal=2328&id_noticia=19>. Acesso em: 02 jun. 2006.

REGHELIN, Elisângela Melo. **A justiça terapêutica**: novo modelo de defesa social? Disponível em: <<http://www.ibccrim.org.br>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

SABOL, William J.; MINTON, Todd D.; HARRISON, Paige M. **Prison and jail inmates at midyear**. 2006. Disponível em: <<http://www.ojp.usdoj.gov/bjs/pub/pdf/pjim06.pdf>>. Acesso em: 16 ago. 2007.

SÃO PAULO. Secretaria da Justiça e da Defesa da Cidadania. **Justiça debate meios de prevenção às drogas**. Disponível em: <<http://www.justica.sp.gov.br/Noticia.asp?Noticia=75>>. Acesso em: 25 jun. 2007.

SARRIA-SANTAMERA, Antonio; CORTES-BLANCO, Manuel; ELDER, John. Analysis of the 1999-2000 fortuna brand cigarette advertising campaign. **Rev. Esp. Salud Publica**, Madrid, v. 75, n. 2, 2001. Disponível em: <http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1135-57272001000200003&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 16 abr. 2007.

SILVA, Gilberto Lúcio da. **Justiça e terapêutica**: uma aproximação possível. Disponível em: <<http://www.gilbertolucio.hpg.ig.com.br/justaterapeutica.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

SILVA, Ricardo de Oliveira; FREITAS, Carmem Có. **Capacitações realizadas pela ANJT**. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=113>>. Acesso em: 12 jul. 2007.

SILVA, Ricardo de Oliveira. **A denominação justiça terapêutica**. Disponível em: <<http://www.movimentorenascer.org.br/justica/justica4.htm>>. Acesso em: 12 set. 2002.

_____. **Justiça terapêutica:** um programa judicial de atenção ao infrator usuário e ao dependente químico. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=86>>. Acesso em: 2 jun. 2007a.

_____. **Usuários de drogas:** prender ou tratar? Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=137>>. Acesso em: 26 de jun. 2007b.

_____ et al. **Justiça terapêutica:** perguntas e respostas. Disponível em: <<http://www.anjt.org.br/index.php?id=99&n=85>>. Acesso em: 06 jul. 2007.

_____. **O enfrentamento legal do modelo de tratamento.** Disponível em: <<http://www.movimentorencser.org.br/justica/justica5.htm>>. Acesso em: 02 jun. 2006.

SISKO, Robert. **Interrupting drug dependency with ibogaine:** a summary of four case histories. Disponível em: <<http://ibogaine.org/medratec95.html>>. Acesso em: 31 mar. 2007.

SUBSTANCE ABUSE AND MENTAL HEALTH SERVICES ADMINISTRATION (SAMHSA). **National Survey on Drug Use & Health:** national results, 2005. Disponível em: <<http://www.oas.samhsa.gov/nsduh/2k5nsduh/2k5Results.htm#TOC>>. Acesso em: 02 abr. 2007.

SUPREMA CORTE DOS EUA. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.Br/ultnot/2005/06/06/ult27u49322.jhtm>>. Acesso em: 06 jun. 2005.

TAVARES, Renata Barros; SILVA, Wladimir Wanderley da. **Perfil dos participantes:** trabalho desenvolvido com a vivência cotidiana. Disponível em: <<http://www.tjpe.gov.br/justerap/noticias/PERFILDOSPARTICIPANTES.doc>>. Acesso em: 09 jun. 2006.

UNAIDS 2004 report on the global aids epidemic. Disponível em: <http://www.unaids.org/bangkok2004/GAR2004_html/GAR2004_00_en.htm>. Acesso em: 16 jul. 2007.

UNITED NATIONS DRUG CONTROL OFFICE. **United Nations drug control and crime prevention mode drug court:** treatment and rehabilitation of offenders. Bill, 2000. Disponível em: <http://www.ncrj.gov/spotlight/drug_courts/legislation.html>. Acesso em: 2 jun. 2006.

UNITED STATES GOVERNMENT ACCOUNTABILITY OFFICE. **Adult drug courts,** 2005. Disponível em: <<http://www.gao.gov>>. Acesso em: 06 jun. 2006.

UNITED STATES JUSTICE DEPARTMENT. **Drug court activity update:** summary information on all programs and detailed information on adult drug courts, 2001. Disponível em: <http://www.ncjrs.gov/spotlight/drug_courts/publications.html>. Acesso em: 2 jun. 2006.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO PAULO. Centro Brasileiro de Informações sobre Drogas Psicotrópicas. **II Levantamento domiciliar sobre drogas psicotrópicas no Brasil**. Disponível em: <<http://www.unodc.org/pdf/brazil/>>. Acesso em: 08 abr. 2007.

VIANNA, Guaraci de Campos. **Corte de drogas, justiça legal e justiça social: gênese e conscientização**. Disponível em: <http://pjbrunomartins.vilabol.uol.com.br/artigos/cortes_de_drogas.htm>. Acesso em: 22 fev. 2005.

VICINI, James. **Justiça dos EUA dá vitória a Bush em caso de maconha medicinal**. Disponível em: <<http://noticias.uol.com.br/ultnot/2005/06/06/ult27u49322.jhtm>>. Acesso em: 6 jun. 2005.

VIOLENT CRIME CONTROL AND LAW ENFORCEMENT ACT. 1994. Disponível em: <<http://thomas.loc.gov/cgi-bin/query/z?c103:H.R.3355.ENR>>. Acesso em: 29 jul. 2007.

WORLD DRUG REPORT, 2007. Disponível em: <http://www.unodc.org/pdf/research/wdr07/WDR_2007_executive_summary_s.pdf>. Acesso em: 1 ago. 2007.